



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**RACISMO ESTRUTURAL E OS REFLEXOS EDUCACIONAIS
NA CIDADE DE BANANAL-SP**

CRISTIANO CALIL DA COSTA ALVES

Sob a Orientação do Professor
Amauri Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação** no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A474r Alves, Cristiano Calil da Costa, 1981-
Racismo estrutural e os reflexos educacionais na
cidade de Bananal-SP / Cristiano Calil da Costa
Alves. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
106 f.: il.

Orientador: Amauri Mendes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

1. Educação. 2. Racismo Estrutural. 3. Relações
Étnico-Raciais. 4. Lei 10.639. I. Pereira, Amauri
Mendes, 1951-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1471 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.084947/2023-92

Seropédica-RJ, 22 de dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

CRISTIANO CALIL DA COSTA ALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/12/2023

Membros da banca:

AMAURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

ALESSANDRA PIO SILVA. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

CLÁUDIA CRISTINA DOS SANTOS ANDRADE. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 23/12/2023 00:48)
ALESSANDRA PIO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1460741

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 14:40)
AMAURI MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 2131782

(Assinado digitalmente em 28/12/2023 11:03)
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1306589

(Assinado digitalmente em 24/12/2023 08:52)
CLAUDIA CRISTINA DOS SANTOS ANDRADE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 897.021.907-20

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1471**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/12/2023** e o
código de verificação: **b7a7873ac4**

Este trabalho é dedicado a todos os seres, humanos ou não, covardemente tratados como meros itens mercadológicos e mantidos em sistema individualista mórbido com brutal confinamento de sentimentos, para a manutenção dos processos de dominação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

A família nem sempre recebe aquilo que oferece, entretanto o devir pode e deve ser melhor. Agradeço às pessoas familiares mais próximas por me darem energia suficiente a entregar mais uma etapa acadêmica, especialmente, Luzia da Costa Coelho, Miguel Bento Mouta Calil Alves, Antonio da Costa Alves e Ana Cristina Rodrigues Calil. Sei que a distância entre as cidades é um entrave em muitos momentos, mas sinto vocês sempre comigo. Saber que vocês estão bem é uma forma para que eu fique bem.

Todos os dias quando acordo, ao longo de mais de quinze anos, você está junto de mim, muitas vezes rindo por eu acordar tão cedo, outras vezes sentindo a troca de energia e amor num pedido de colo ou num carinho na barriga ou num simples olhar. Muito obrigado, felino Tanra!

De forma diferente, contudo com muito carinho e afeto, agradeço ao felino Frajola por todos os miados que alegram os dias ao longo de catorze anos, por todos os ajustes na energia da casa e na minha energia.

De forma análoga, agradeço aos felinos Thor, Nina, Obina e Teca que não estão mais no plano físico terrestre, porém foram extremamente importantes em toda minha trajetória de vida.

Agradeço aos meus alunos e às minhas alunas ao longo de toda a jornada. Vocês são e foram a minha fonte de inspiração e de esperança para continuar a tão difícil tarefa de lecionar e pesquisar no Brasil. Como vocês são muitos e muitas, não seria razoável citar nomes.

Agradeço aos professores amigos e às professoras amigas que forneceram suporte técnico e emocional em diversos momentos ao longo da elaboração desta pesquisa. Ao lado de vocês, a batalha contra os absurdos coloniais na educação fica menos árdua.

Fica o agradecimento à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e ao corpo docente que forneceu as condições necessárias para o desenvolvimento desta dissertação, em especial, ao querido orientador, Amauri Mendes Pereira, por acreditar neste

projeto e por dividir toda sua importante trajetória de vida na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Obrigado ao grupo de pesquisa Conjuntura Nacional e Luta contra o Racismo no Brasil pelo suporte ao longo dos dois anos, principalmente, nas conversas sobre os projetos, nos diálogos sobre a educação no país e sobre as inúmeras angústias de pesquisar na atualidade. Notar que mais pessoas buscam um propósito semelhante é reenergizante.

Agradeço ao professor Renato Nogueira, à professora Alessandra Pio e à professora Cláudia Andrade por fazerem parte da banca e por contribuírem de maneira tão relevante para o aprimoramento desta dissertação.

Obrigado ao universo por ter permitido que eu encontrasse seres incríveis ao longo desta jornada da vida.

RESUMO

ALVES, Cristiano Calil da Costa. **Racismo estrutural e os reflexos educacionais na cidade de Bananal-SP**. 2023. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o racismo estrutural e os reflexos da segregação no sistema educacional, especificamente no segundo ciclo do ensino fundamental, na cidade de Bananal-SP. A fim de chegar na área educacional da sociedade bananalense nos dias atuais, torna-se necessário olhar ao redor e compreender as características sociais na história do município. Dessa forma, investiguei (a partir de entrevistas, análises documentais e pesquisas no próprio local) a estrutura da cidade, desde seus aspectos físicos, passando pela organização habitacional dos moradores, pelos grupos privilegiados e pelas características culturais da população, até a forma em que a educação do município reflete os valores tidos como relevantes pelos seus habitantes e continua a propagar, a partir de sua estrutura, os reflexos do racismo. A intenção é contribuir para a ressignificação das histórias, estimulando práticas antirracistas, orientadas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 e nas DCNERERs, além de propiciar mais reflexões entre as pessoas, para a superação dos prejuízos sociais. Como consequência, espera-se que os privilégios da população abastada e branca da cidade sejam diminuídos, para que uma sociedade mais harmoniosa e justa seja apresentada.

Palavras-chave: Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08 - Educação na Cidade de Bananal-SP - História e Cultura Afro-Brasileira.

ABSTRACT

ALVES, Cristiano Calil da Costa. **Structural racism and educational consequences in the city of Bananal-SP**. 2023. 106p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The aim of this research is to analyze structural racism and the consequences of segregation in the educational system, specifically in the second cycle of elementary school, in the city of Bananal-SP. In order to get to the educational area of Bananal society today, it is necessary to look around and understand the social characteristics of the municipality's history. In this way, I investigated (based on interviews, documentary analysis and on-site research) the structure of the city, from its physical aspects, through the housing organization of the residents, the privileged groups and the cultural characteristics of the population, to the way in which the municipality's education reflects the values considered relevant by its inhabitants and continues to propagate, from its structure, the reflections of racism. The intention is to contribute to the re-signification of stories, encouraging anti-racist practices, guided by Laws 10.639/03 and 11.645/08 and the DCNERERs, as well as encouraging more reflection among people, in order to overcome social prejudices. As a result, it is hoped that the privileges of the city's wealthy and white population will be reduced, so that a more harmonious and just society can be created.

Keywords: Law 10.639/03 and Law 11.645/08 - Education in the City of Bananal-SP - Afro-Brazilian History and Culture.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Momento em que os jovens são retirados da delegacia de Bananal	19
Imagem 2: Negros acorrentados no Brasil do século XIX	19
Imagem 3: Livro de classificação dos escravizados	21
Imagem 4: Livro de classificação dos escravizados	22
Imagem 5: Fotografias dos prefeitos na parede da Câmara Municipal de Bananal	32
Imagem 6: Fotografias dos prefeitos na parede da Câmara Municipal de Bananal	32
Imagem 7: Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal	33
Imagem 8: Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal	33
Imagem 9: Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal	34
Imagem 10: Parte externa do Solar Aguiar Valim	35
Imagem 11: Parte interna do Solar Aguiar Valim	36
Imagem 12: Capa do livro Bananal Terra dos Barões do Café	38
Imagem 13: Parte externa da igreja de Nossa Senhora do Rosário	39
Imagem 14: Placa na parte externa da igreja Nossa Senhora do Rosário	40
Imagem 15: Página 3 do livro Bananal Terra dos Barões do Café	41
Imagem 16: Página 6 do livro Bananal Terra dos Barões do Café	42
Imagem 17: Objetos de tortura da Fazenda dos Coqueiros	44
Imagem 18: Senzala na Fazenda dos Coqueiros	45
Imagem 19: Estrutura da parede da Câmara Municipal de Bananal	53
Imagem 20: Estrutura da parede da Câmara Municipal de Bananal	54
Imagem 21: Cemitério Bom Jesus	56
Imagem 22: Cemitério Bom Jesus	57
Imagem 23: Cemitério São José do Retiro	57
Imagem 24: Cemitério São José do Retiro	58
Imagem 25: Cemitério da Santa Casa	58
Imagem 26: Cemitério da Santa Casa	59
Imagem 27: Cemitério da Santa Casa	59

Imagem 28: Senzala na Fazenda dos Coqueiros	63
Imagem 29: Questionário apresentado aos estudantes	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População de Bananal – características étnico-raciais	26
Gráfico 2: Renda da população	27
Gráfico 3: Renda da população	27
Gráfico 4: Renda da população	28
Gráfico 5: Escolaridade dos habitantes da cidade	29
Gráfico 6: Escolaridade dos habitantes da cidade	29
Gráfico 7: Emprego da população	30
Gráfico 8: Emprego da população	31
Gráfico 9: Percentual de estudantes – características étnico-raciais	67
Gráfico 10: Rendimento escolar anual – características étnico-raciais	68
Gráfico 11: Percentual de estudantes – características étnico-raciais	69
Gráfico 12: Rendimento escolar anual – características étnico-raciais	70
Gráfico 13: Questionário estudantil – pergunta 1	79
Gráfico 14: Questionário estudantil – pergunta 2	80
Gráfico 15: Questionário estudantil – pergunta 3	80
Gráfico 16: Questionário estudantil – pergunta 4	81
Gráfico 17: Questionário estudantil – pergunta 5	81
Gráfico 18: Questionário estudantil – pergunta 6	82
Gráfico 19: Questionário estudantil – pergunta 7	83
Gráfico 20: Questionário estudantil – pergunta 8	83
Gráfico 21: Questionário estudantil – pergunta 9	84
Gráfico 22: Questionário estudantil – pergunta 10	84
Gráfico 23: Planos de ensino dos(as) professores(as).....	87

SUMÁRIO

Apresentação	12
Introdução	16
Capítulo I – Marcas sociais e raciais na cidade de Bananal-SP	21
1.1 Racismo Estrutural	23
1.2 Indicadores sociais e políticos	26
1.3 Representatividade esquecida: afrodescendentes em Bananal - aspectos históricos e sociais na configuração atual da cidade	35
1.4 Formação urbanística da cidade	50
1.5 População negra na cidade montada pelos brancos	60
Capítulo II - Ambiente escolar: Reflexo direto do privilégio branco	65
2.1 Análise de notas	66
2.2 Entrevistas na área da educação	71
2.3 Questionários aos alunos	78
2.4 Análise dos planejamentos semestrais	85
2.5 Análise dos projetos político-pedagógicos	88
Capítulo III - Considerações Finais.....	91
Referências	93
Anexos	95

APRESENTAÇÃO

"Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas."

Rubem Alves

Compreender os diversos caminhos que me trazem aqui é apontar as escolhas e os posicionamentos que potencializaram tantas inquietações nas minhas práticas sociais, educacionais e laborais.

A educação foi minha escolha acadêmica, mais especificamente o curso de Letras, porém, como de costume para grande parte dos/das discentes sem poder aquisitivo, a faculdade teve que ser dividida com o trabalho, em torno de 9 horas por dia, sem contar o tempo no transporte público. Mesmo com as dificuldades, a área da educação era o que me fazia bem. Estar nas escolas, compreender as suas engrenagens e analisar as atuações dos participantes, enxergando caminhos para mudanças, era o que gerava o sentimento de pertencimento ao local. O estágio ratificou isso e proporcionou a possibilidade de atuar nas mudanças nas vidas das pessoas.

Contudo não finalizei a licenciatura onde fiz todo o bacharelado (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). A faculdade de Educação da UERJ com alguns/algumas professores/professoras com práticas conservadoras e tecnicistas distanciou-me do magistério. Tentei algumas vezes continuar, tranquei por um período, troquei de turno, entretanto não encaixou.

Fui para o plano B, que verdadeiramente nem existia, mas simplesmente aconteceu. Fiz concurso para o Banco do Brasil em três diferentes regiões com o intuito final de morar no interior do sul do país, pois a grande cidade trazia-me grandes questionamentos sobre a qualidade de vida e o desperdício de tempo de vida. Após alguns meses do resultado final do concurso, fui convocado e tomei posse no BB no Tocantins, mais especificamente em Porto Nacional. Três meses depois, fui convocado, também pelo Banco do Brasil, para assumir a vaga de outro concurso já no interior do sul do Brasil.

Mesmo morando numa cidade acolhedora e agradabilíssima, Concórdia-SC, ia notando que o trabalho no ramo financeiro não era a minha inclinação. Sentia-me bem ao realizar as atividades bancárias voltadas às práticas sociais, como financiamento estudantil e programa da agricultura familiar, que não aconteciam diariamente. Por outro lado, as

operações financeiras com altas taxas de juros e tarifas elevadas eram constantes e deixavam a sensação de trabalhar para enriquecer poucos acionistas e auxiliar na destruição de parte considerável da população, majoritariamente parda ou preta, ou seja, negra¹.

Questionar o meu papel na sociedade e de que forma eu contribuiria para aumentar ou diminuir os problemas estruturais na vida de diversos seres era algo recorrente e altamente marcante nas práticas conscientes e nos momentos de descanso, inclusive nos sonhos.

Depois de seis anos de BB e de ter morado na região sul do país, voltei ao Estado do Rio de Janeiro, já com a vontade de sair do banco e regressar à educação. No mesmo ano, fiz a licenciatura em instituição particular para estar habilitado a lecionar. Nesse momento da licenciatura, pude notar a importância de professores e professoras acolhedores(as), ouvintes e reflexivos(as). Pouco antes de terminar a habilitação, tive a certeza de que era o caminho que eu deveria seguir. Meu espaço na sociedade era educando, respeitando, oferecendo possibilidades para a reflexão, para a crítica e para a autonomia individual, a fim de que possam ocorrer as mudanças coletivas posteriormente.

Assim que fui convocado nos concursos públicos e processos seletivos, solicitei afastamento do Banco do Brasil. Minha primeira experiência como professor foi na cidade de Bananal-SP. Já na primeira semana foi possível notar que muitas condições estruturais e ações de adultos(as) não faziam o menor sentido para um espaço que deveria ser para acolher, respeitar e desenvolver seres autônomos e críticos para a vida em sociedade. As gritarias pelos corredores eram constantes. Não havia comunicação, mas contínua repressão.

Com o passar do tempo, a percepção inicial não se alterou, muito pelo contrário, quanto mais conhecia as práticas sociais e educacionais da região em que a escravidão de seres humanos foi tão intensa e marcante para a construção das cidades, em especial de Bananal, mais fácil foi notar graves problemas estruturais nas relações humanas na atualidade. Como consequência para os dias hodiernos, percebia grande desestímulo dos alunos e das alunas, alto grau de absenteísmo e baixo rendimento quantitativo e qualitativo.

A fim de adequar mais o campo prático com os conhecimentos teóricos, continuei buscando aprimoramento por iniciativa própria. Além dos diversos cursos de curta duração, fiz especialização em Língua Portuguesa e em Gestão Escolar. Após essas duas especializações, comecei a procurar por mestrado que se encaixasse no perfil mais voltado às

¹ Nos recenseamentos oficiais, o IBGE utiliza as duas classificações – preto e pardo. A partir da constatação de que os indicadores sociais das duas categorias são muito próximos, tornou-se corrente entre os/as pesquisadores(as) a utilização da categoria negro, para se referir ao conjunto de dados de pretos e pardos.

demandas populares na área da educação. Eis que em uma das buscas virtuais, deparei-me com o PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. O encantamento ocorreu quase que imediatamente, mas quis o destino que as diversas atividades laborais e familiares fizessem ano após ano que a inscrição para o processo seletivo não fosse realizada.

Em 2021, durante a pandemia do COVID-19, deparei-me mais uma vez com o processo seletivo para o PPGEDUC. Nesse momento, as atividades e as datas encaixaram-se, permitindo a minha participação no processo seletivo e a consequente aprovação no tão esperado curso de mestrado na tão desejada área de atuação.

Aliar teoria e prática para o desenvolvimento educacional e diminuir as barreiras do preconceito racial é uma urgente demanda em grande parte da nação brasileira. Em Bananal, não é diferente. Para tal, estar em contato direto com os(as) alunos(as) propiciou e propicia identificar dificuldades e buscar soluções nos diversos campos da sociedade. Ao longo de oito anos de práticas docentes no segundo ciclo do ensino fundamental na cidade de Bananal-SP, identifiquei diversas práticas segregadoras presentes, que começaram nas práticas históricas e perpetuaram-se de inúmeras maneiras, o que fez e faz com que, constantemente, eu tenha que me posicionar criticamente nos espaços educacionais do município.

A maior escola do segundo ciclo do ensino fundamental do município foi e é meu principal espaço para análise do que ocorre na educação da cidade, sendo comum notar as práticas repetitivas, impositivas e mecânicas, inclusive dos privilégios dos mais ricos financeiramente, mesmo sendo aqueles que torturavam e realizavam as maiores atrocidades físicas e psicológicas para outros seres humanos e, a partir da escravização de afrodescendentes e indígenas, aumentavam suas plantações e, conseqüentemente, seus patrimônios.

Desse modo, essas histórias apresentadas pela escola como verdades absolutas e inquestionáveis apagavam os afrodescendentes e indígenas, transformando a dor dos seres humanos escravizados em auge financeiro dos brancos abastados. Como reflexo do conservadorismo e dos diversos caminhos preconceituosos, principalmente do racismo estruturalmente existente nas práticas sociais, nota-se uma cidade criada para usufruto dos brancos, uma vez que os brancos são homenageados com nomes nas ruas, nas praças, nas escolas, assim como nas práticas sociais eurocêntricas que continuam orientando o caminhar dos habitantes.

Tais caminhos discriminatórios distanciam-se da lógica fraternal, equilibrada e inclusiva, assim como dos preceitos constitucionais brasileiros, sendo necessário o urgente e constante combate. Para tal, a escola é o local propício, pois as condições dialógicas devem prevalecer ante qualquer autoritarismo estruturalista. Logo, torna-se fulcral apresentar condições para que os professores e as professoras compreendam a importância de ressignificar as histórias, de oferecer o protagonismo aos grupos historicamente excluídos, de combater o racismo e de fornecer condições para a formação de seres humanos conscientes, fraternos e éticos.

Portanto, neste momento de escrita, busco ampliar os olhares ao espaço escolar público bananalense e à sociedade de Bananal-SP, identificando práticas coloniais ainda presentes, além de oferecer maior participação para que todos/todas aqueles/as que fazem uso da escola, direta e indiretamente, encontrem formas de desenvolver a criticidade, a reflexão e a busca por uma sociedade mais justa, equilibrada e harmônica.

Desenvolver a reflexão para subsidiar mudanças nas práticas educacionais e sociais, especialmente o combate ao racismo, torna-se primordial a fim de que os costumeiramente mais excluídos possam, enfim, possuir visibilidade histórica, social e cultural, gerando, conseqüentemente, maior sentimento de pertencimento à cidade e à escola, além de propiciar mudanças significativas no estrato social.

INTRODUÇÃO

Vejo o presente repetir o passado

Parafraseando a música “O tempo não para”, evidencia-se que os ciclos tendem a ser reproduzidos quando não confrontados, questionados, principalmente, sendo ciclos que traduzem dor, sofrimento e servidão para parte da população. Em contrapartida, esses mesmos ciclos oferecem status social e “poder” nas relações tóxicas e agressivas de parte da sociedade humana.

Ao longo da pesquisa, foi possível notar o tratamento diferenciado dado aos alunos e às alunas que possuíam maior condição financeira, o que reflete diretamente na característica étnico-racial. Também houve diferenciação quanto à aproximação nos laços familiares com os funcionários e com as funcionárias com posição de gestão nas escolas, posição amplamente ocupada por pessoas brancas. Tais tratamentos ocorriam inclusive na forma de montar as turmas, pois eram escolhidos determinados alunos com maior condição financeira para ficarem juntos na mesma classe. Os ciclos agressivos pouco mudaram em Bananal quando o assunto é característica étnico-racial.

A enturmação a partir de grupos de afinidades familiares e financeiras ocorre amplamente a partir do primeiro ciclo do ensino fundamental e, normalmente, continua até o 9º ano do ensino fundamental.

Além disso, foi recorrente perceber a falta de estímulos de grupos de estudantes afrodescendentes para a forma em que a educação na cidade era apresentada, para isso deve-se considerar a invisibilização histórica e atual dos seres e da cultura afrodescendentes nas diversas disciplinas. Sendo assim, torna-se importante identificar a aplicação das Leis 11.645/08 e 10.639/03, sendo a última em vigor há mais de vinte anos no país, com o intuito de diminuir práticas coloniais e desenvolver a representatividade dos grupos excluídos.

Portanto, esta pesquisa aborda a maneira em que as citadas leis são efetivamente aplicadas na educação da cidade que possui forte marca opressora aos grupos economicamente preteridos e historicamente subalternizados.

A fim de identificar essas marcas, a escrita desta dissertação foi realizada a partir de caminhos etnográficos, que possui o intuito de descrever a realidade sociocultural (valores, hábitos, práticas, crenças e etc.) no local da pesquisa. Para isso, busquei olhar o cotidiano das pessoas e os referenciais adotados por elas nos mais diversos espaços da cidade, em especial

nas escolas públicas de segundo ciclo do ensino fundamental, entre o segundo semestre de 2021 e julho de 2023.

Referindo-se aos princípios metodológicos da etnografia, Geertz (2004) considera que:

... em primeiro lugar, é lógico, o pesquisador deve possuir objetivos genuinamente científicos, e conhecer os valores e critérios da etnografia moderna. Em segundo lugar, deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, o que significa, basicamente, viver mesmo entre os nativos, sem depender de outros brancos. Finalmente, deve ele aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência (Geertz, 2004, p. 24).

A metodologia do estudo seguiu com os procedimentos: a pesquisa de campo ao longo de dois anos de projeto de mestrado, com permanência de três dias por semana na cidade, com ênfase na observação das práticas sociais e educacionais no município; a pesquisa bibliográfica, tendo como principal referencial a obra *Racismo Estrutural*, de Silvio de Almeida; as pesquisas documentais: do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das notas dos(as) alunos(as) do segundo ciclo do ensino fundamental público do município, do projeto político-pedagógico de cada escola pública que possui do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental, dos documentos históricos no acervo da cidade e dos planejamentos semestrais realizados pelos(as) docentes. Além disso, busca-se também apresentar os resultados de pesquisa quantitativa realizada com os alunos e com as alunas, que visa identificar a aplicação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08; e expor, com viés qualitativo, as entrevistas com profissionais da educação e com cidadãos que desempenham funções laborais em diferentes áreas, principalmente na saúde, na cultura e no turismo municipal.

Com o intuito de aprofundar o embasamento teórico, busco relacionar as produções acadêmicas que se aproximam da temática desta dissertação. Para tal, realizei, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre a temática do racismo estrutural no Catálogo de dissertações e teses no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no endereço virtual <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> . A escolha do sítio da Capes para a pesquisa ocorreu pela notória credibilidade e pela diversidade do acervo, além da significativa relevância para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas no Brasil.

Os vocábulos racismo estrutural, sem o uso de aspas, forneceram 29.088 resultados em que 8.766 eram teses de doutorado, 19.790 dissertações de mestrado e 532 trabalhos de mestrado profissional. Não foi incluída qualquer limitação quanto ao ano de publicação nem

quanto às áreas de conhecimento. O maior período de publicação ocorreu entre os anos de 2008 e 2012.

As palavras “racismo estrutural”, com o uso de aspas, geraram 134 resultados nas diversas áreas de conhecimento e sem qualquer limitação quanto ao ano de publicação, no qual 22 pesquisas foram de doutorado, 98 dissertações de mestrado e 14 trabalhos de mestrado profissional. A maioria das publicações (123) ocorreram nos últimos cinco anos, de 2019 até 2023.

Já a pesquisa voltada para Bananal-SP retornou 31 resultados, nos quais 27 de mestrado, 3 de doutorado e 1 de mestrado profissionalizante. As áreas de conhecimento que apresentaram mais resultados foram Geografia (13), Ciências Ambientais (3) e Recursos Florestais e Engenharia Florestal (2). Quanto aos anos de publicação, não há nenhum período em evidência. Torna-se importante destacar que refinando a pesquisa para a área de conhecimento Educação foi apresentado somente um resultado, a tese de doutorado de Diego da Costa Vitorino, que possui o título *Um Divórcio entre Escola e Comunidade? Bananal/SP, um “laboratório a céu aberto” no Vale Histórico do Rio Paraíba do Sul.*

De que maneira a consequência das políticas educacionais, ou da ausência delas, e a falta de oportunidades no mercado de trabalho da cidade, quando termina o período escolar para os adolescentes, reproduz de forma contínua os prejuízos sociais semelhantes com o ocorrido na era colonial brasileira?

Um dos momentos mais marcantes que fez com que esta pesquisa fosse adiante, ainda na fase de pré-projeto, foi a prisão de jovens, majoritariamente negros, que foram alunos da rede municipal, inclusive meus alunos, acusados de envolvimento no tráfico de drogas na cidade.

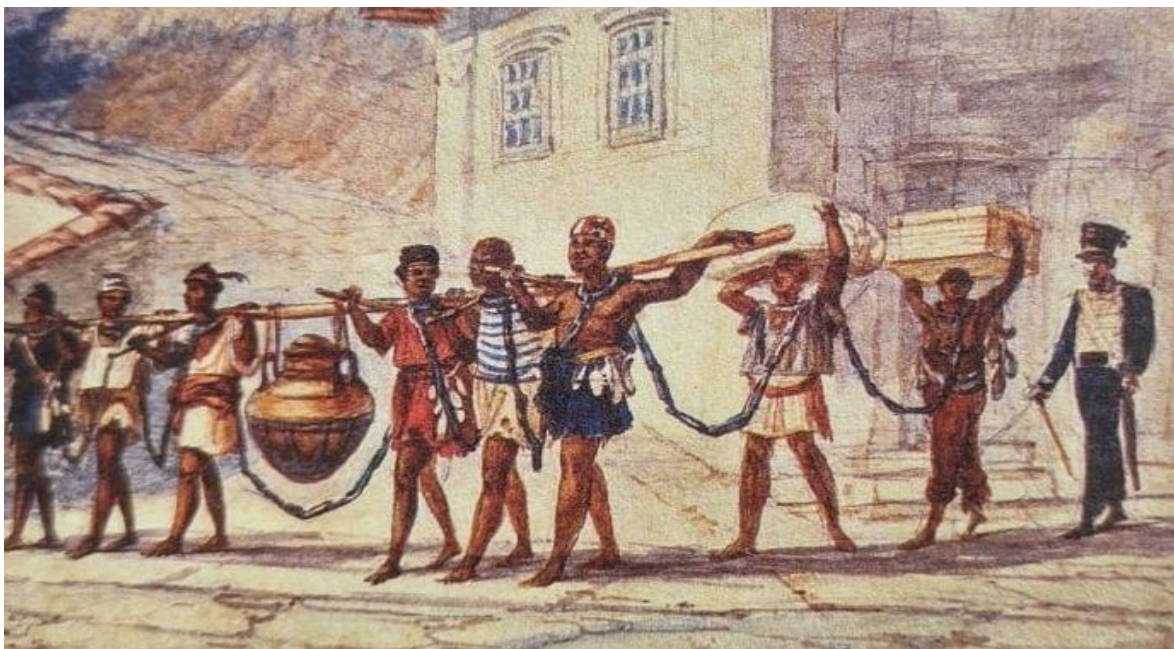
Assistindo ao vídeo das prisões (<https://youtu.be/e8sExv-Px5A>), disponível no Youtube pelo canal Bananal Gazeta de Bananal, fica marcante o retorno ao passado escravocrata, mesmo que os grilhões tenham sido trocados por algemas prateadas, os navios negreiros por camburões e as senzalas por presídios superlotados que recebem majoritariamente presidiários pretos e pardos.

Imagem 1 - Foto do momento em que os jovens são retirados da delegacia de Bananal e encaminhados ao presídio em 02 de setembro de 2020



Fonte: Canal Gazeta de Bananal.

Imagem 2 – Negros acorrentados levando o jantar para a cadeia



Fonte: Bandeira; Lago, 2013, p. 188.

A imagem acima reproduz, pela aquarela de Debret, negros acorrentados levando para a cadeia o jantar que foram buscar no Hospício da Misericórdia no Brasil do século XIX.

As duas imagens acima apontam para a manutenção de práticas estruturais em que os negros são mantidos prisioneiros, mesmo com um distanciamento temporal de quase 200 anos. Na atualidade, o sucateamento da educação pública e a ausência de oportunidades laborais, sociais e políticas para determinados grupos refletem práticas ainda voltadas ao Brasil escravocrata. Para a maioria das famílias negras, a exploração, a subalternização, não deixou de existir.

A ética inexistente quando o sistema de acumulação de materiais, capitais, deixa exposto que o valor está nas coisas, não nos seres. A objetificação e o interesse nos resultados que as pessoas podem gerar para a acumulação de condição financeira de pequena parte da população continua a propagar o sofrimento pelo país.

CAPÍTULO I - Marcas sociais e raciais na cidade de Bananal-SP

Neste capítulo, os dados históricos e sociais são apresentados, reafirmando as práticas e referenciais colonialistas, em especial, o domínio racial dos brancos. Terá foco a constituição da cidade: os nomes das principais ruas, os referenciais das igrejas centrais e das construções históricas para a população, as características dos cemitérios, que seguem o poderio econômico das famílias, a manutenção dos espaços públicos pela prefeitura e a forma em que determinados bairros são atendidos pelo poder público.

Como marco histórico, o ano de 1888 trouxe o término legal da escravidão no Brasil, porém o fim da escravidão ocorreu de maneira a continuar com os privilégios raciais.

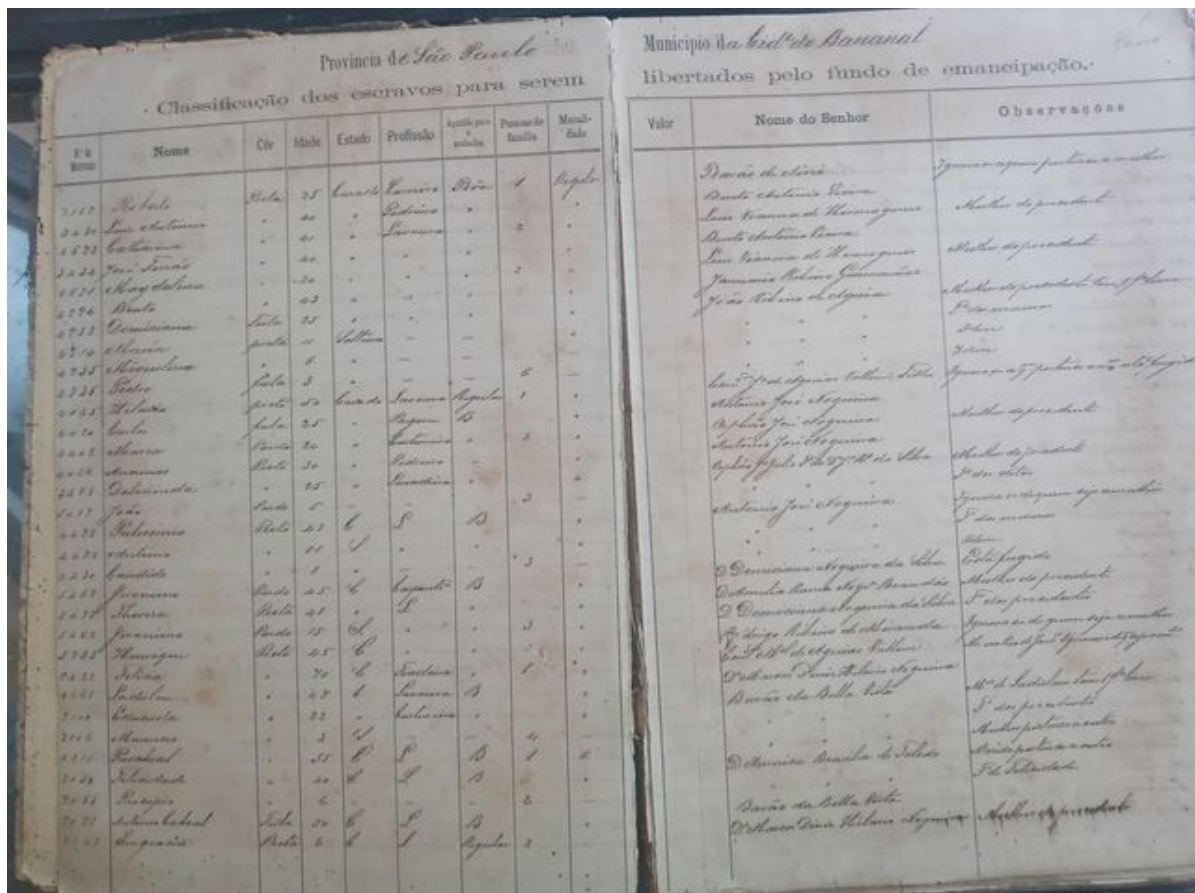
Dessa forma, o fim da escravidão em Bananal não foi diferente, sobretudo, porque as leis eram mantidas de acordo com as vontades daqueles que eram beneficiados com a exploração de seres humanos. O Fundo de Emancipação de Escravos é um exemplo, pois foi uma contribuição do império para auxiliar financeiramente aqueles que possuíam escravizados.

Imagem 3 - Livro de classificação dos escravizados

Provincia de São Paulo								Município da vid. de Bananal			
Classificação dos escravos para serem libertados								libertados pelo fundo de emancipação.			
N.º	Nome	Côr	Idade	Estado	Profissão	Aptidão para o trabalho	Pessoas da família	Moralidade	Valor	Nome do Senhor	Observações
241	Joaquim	Pardo	5	-	-	-	5	-		D. Carlota Ribeiro de Barros	F. do Instituto de Beneficência
242	Rogério	-	50	branco	lavrador	B				Antonio de Figueira, ten. 1.º classe	
243	Ricardo	-	55	-	-	-				-	F. do presidente
244	Alfonso	-	3	-	-	-	4			-	F. do presidente
245	Francisco Largo	-	21	l	P	B				-	F. do presidente
246	Francisco	-	37	-	-	-	3			M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe	
247	Alfonso	-	28	-	-	-				-	F. do presidente
248	Antonio	-	22	-	-	-	3			M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe	
249	Antonio	-	55	-	lavrador	-				-	F. do presidente
250	Antonio	-	50	-	lavrador	-				M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe	
251	Francisco	-	31	l	lavrador	-				-	F. do presidente
252	Antonio	-	13	-	lavrador	-				-	F. do presidente
253	Antonio	-	15	-	lavrador	-				-	F. do presidente
254	Antonio	-	17	-	lavrador	-				-	F. do presidente
255	Antonio	-	3	-	-	-	5			-	F. do presidente
256	Antonio	-	27	branco	lavrador	B				-	F. do presidente
257	Antonio	-	37	-	lavrador	-				M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe	
258	Antonio	-	5	l	-	-				-	F. do presidente
259	Antonio	-	3	-	-	-	5			-	F. do presidente
260	Antonio	-	34	branco	lavrador	B				D. David Gomes Jardim	M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe
261	Antonio	-	11	-	lavrador	-				-	F. do presidente
262	Antonio	-	32	-	lavrador	-				Joaquim de S. Vianna	M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe
263	Antonio	-	18	l	P	-				-	F. do presidente
264	Antonio	-	5	-	-	-				-	F. do presidente
265	Antonio	-	3	-	-	-	5			-	F. do presidente
266	Antonio	-	25	branco	lavrador	B				ben. Francisco Gomes de Paula	M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe
267	Antonio	-	34	-	lavrador	-				-	F. do presidente
268	Antonio	-	12	l	P	-				Domingos de S. Vianna	F. do presidente
269	Antonio	-	3	-	-	-	5			ben. Francisco Gomes de Paula	F. do presidente
270	Antonio	-	20	l	P	B				D. Ben. Barbosa da Silva	M. do J. J. de Almeida, ten. 1.º classe
271	Antonio	-	32	-	-	-				-	F. do presidente

Fonte: Foto tirada pelo autor.

Imagem 4 - Livro de classificação dos escravizados



Fonte: Foto tirada pelo autor.

As imagens acima apresentam partes do livro de classificação dos escravizados (obra do final do século XIX, mantida em caixa de papelão em pequena sala do Solar Aguiar Valim, sem qualquer cuidado específico com a preservação) com o intuito de oferecer recursos, compensação financeira, aos dominadores por meio do fundo de emancipação dos escravizados. Em contrapartida, os cativos não receberam de órgãos oficiais o mesmo cuidado que os brancos mantenedores de escravizados. De acordo com Vainer:

Arriscando-me a incorrer numa excessiva simplificação, creio ser possível sugerir que a intervenção do Estado, primordialmente através da política imigratória, revela um compromisso, pleno e explícito, com um projeto racista de construção da nacionalidade, fundado em conceitos de superioridade da raça branca e voltado ao *aperfeiçoamento* da população brasileira através da incorporação de contingentes imigratórios ditos eugênicos (1990, p. 113).

Essa falta de amparo aos afrodescendentes, por meio de ações intencionais que visam a população branca e excluem a população negra, pode ser vista como ato contínuo ao longo

das décadas no Estado brasileiro, principalmente na política imigratória, em que incentivos foram concedidos para que europeus e asiáticos viessem para o Brasil. Em contrapartida, a população negra, continuamente, sentia o peso da perseguição/ repressão do Estado. Tais práticas ecoam, em inúmeros momentos na sociedade atual, especialmente na ausência de representatividade negra e indígena nos mais diversos campos sociais, culturais, políticos e econômicos.

1.1 Racismo Estrutural

Bananal, pequena cidade do interior paulista, localizada no Vale do Paraíba, com aproximadamente 10.000 habitantes, conforme censo IBGE/2022, foi importante município produtor de café na primeira metade do século XIX, o que gerou grande desenvolvimento econômico para algumas poucas famílias, sendo as famílias mais abastadas amplamente conhecidas pelos seus patriarcas, os barões do café.

Para que ocorresse o crescimento econômico dos proprietários de terras, muitos seres humanos, em sua maior parte afrodescendentes, foram destituídos de sua liberdade e de toda sua individualidade para servir como mão de obra aos barões do café e aos demais donos de terra. Ao longo desta pesquisa, foi possível notar que a parte da história que relaciona os donos de terra com a servidão de seres humanos não aparece comumente na cidade pesquisada.

O que ocorreu em Bananal refletiu o que ocorreu em inúmeras cidades brasileiras. Levando em consideração o cenário nacional, Pereira (2013, p.3) informa que:

Aqui tudo aconteceu muito mais intensamente do que em qualquer das nações mais extensas criadas no novo mundo: aqui chegou mais ou menos a metade de todos os seres humanos vindos no tráfico Atlântico; aqui começou a escravidão nas Américas e foi o último lugar onde acabou; e só aqui houve escravidão – e luta contra a escravidão – em todo o território nacional. Como pode esse peso demográfico, essa longevidade histórica, essa capilaridade territorial e cultural, ser vista nas interpretações mais influentes sobre a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, como meras contribuições.

O passado torturante muitas vezes encontra aproximação com o presente de dor e falta de oportunidade de parte da sociedade bananalense, sobretudo, em relação aos afrodescendentes. O racismo sobrevive e as práticas coloniais também. Dessa forma, pesquisar a estrutura da cidade, desde seus aspectos físicos, como construções, nomes das

ruas mais frequentadas e demais espaços de relevância para a população, passando pela organização e disposição da sociedade, inclusive à presença de grupos étnico-raciais específicos em trabalhos valorizados, é extremamente importante para chegar no foco desta pesquisa, os reflexos do racismo estrutural na educação pública da cidade de Bananal.

O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor. O conteúdo desta justificativa variou ao longo do tempo (Hasenbalg, 1982, p. 69).

Conforme Hasenbalg (1982), a presença do racismo está diretamente relacionada com a dominação de outros seres, relação direta na busca pelo poder de controlar. Pode-se notar que as representações definidas pelas classes dominantes, historicamente, são gananciosamente impostas a toda sociedade, deixando-a sem uma identificação ampla, principalmente dos menos favorecidos economicamente e, por consequência, socialmente. Quanto maior a representatividade do dominador nos aspectos sociais, religiosos e culturais, menor a participação dos grupos dominados e menor as projeções nos campos de atuação da vida pública.

Seguindo semelhante perspectiva, Almeida defende que:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019, P. 23).

O racismo, informado por Almeida (2019), direciona para práticas que podem ou não ser conscientes, mas que, de acordo com o fundamento de raça, efetivamente, traduzem em benefícios para alguns poucos e inúmeros malefícios para muitos. Conforme Almeida (2019, p.15),

O racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

O racismo como condição de normalidade, apontado por Silvio de Almeida, é amplamente perceptível na sociedade brasileira. As práticas de normalidade para o racismo possuem direta relação com os fatores históricos e sociais da formação do Estado brasileiro.

No que se refere a Bananal, ao longo da escrita, notou-se que as partes da história que relacionam os barões do café com a exploração de seres humanos são contadas, na ampla maioria das vezes, pelas narrativas criadas pelos detentores do capital, escravizadores, o que deixa num plano de esquecimento os seres escravizados, retratando-os como mero número de trabalhadores e sem abordar as atrocidades cometidas contra os afrodescendentes e indígenas. Quanto ao aspecto histórico do racismo, Almeida (2019, p.16) direciona que:

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social.

A ideia defendida por Almeida sobre o processo histórico está em conformidade com o apresentado por Vainer (1990, p. 113):

A todo momento, porém, o Estado se posicionou claramente por uma estratégia racista, que projetava o branqueamento da população. Para tal estratégia, deveriam concorrer a imigração europeia, de um lado, e a miscigenação, de outro. Que a miscigenação tenha sido conscientemente buscada como meio de eliminar a *mancha negra* de nossa sociedade, eis algo que parece fora de dúvida.

A formação social de Bananal é marcada pelo passado de escravização de seres e pelas relações de poder em que os brancos dominam as estruturas sociais e econômicas e comandam as instituições. Sobre tais estruturas, Almeida afirma que:

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (Almeida, 2019, p.31).

Na cidade de Bananal, os escravizados libertos montaram moradias nos bairros que hoje são os mais carentes, como principal exemplo há a comunidade da Palha, amplamente composta por moradores pretos e pardos. Atualmente, a comunidade da Rua da Palha, que cresceu no morro de entrada da cidade, é conhecida como Boa Esperança. Mesmo com a mudança de nome, os moradores ainda sofrem com a ausência do poder público, especialmente, nos espaços de lazer, esporte, educação e cultura.

A Rua da Palha contrasta drasticamente com o Centro da cidade. Enquanto a área central possui casarões com fachadas imponentes, ruas com boa urbanização e praças reformadas constantemente pelo poder público, os moradores e as moradoras da comunidade

citada convivem com ruas esburacadas, além de praças e espaços públicos constantemente precários. Conforme Carolina Maria de Jesus (2020, p. 37),

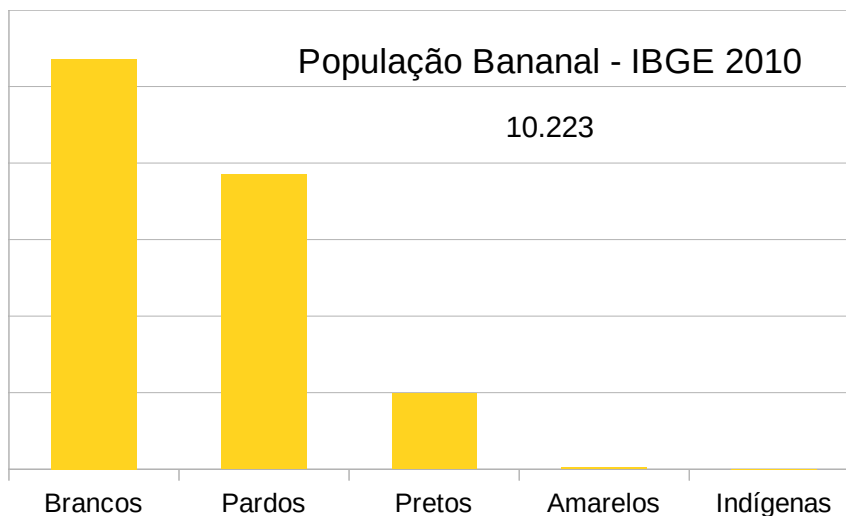
Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de setim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.

1.2 Indicadores sociais e políticos

Em Bananal, hodiernamente, nota-se que as principais funções, sejam públicas ou privadas, estão sob controle dos brancos na esmagadora maioria das vezes, o que pode ser evidenciado a partir dos dados do censo de 2010 - IBGE, fato semelhante ao que ocorria no Brasil Colônia. Como principal diferença, percebe-se uma maior pulverização do controle entre as famílias, pois são mais famílias controlando espaços determinados do município.

Conforme o censo do IBGE em 2010, a população era de 10.223 habitantes, desses 5.357 brancos(as), 3.852 pardos(as), 988 pretos(as), 22 amarelos(as) e 4 indígenas.

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Com relação aos rendimentos superiores a 2 salários mínimos, 992 habitantes considerados brancos recebiam nessa faixa, 113 pessoas consideradas pardas recebiam mais que 2 salários mínimos e somente 16 pessoas consideradas pretas recebiam rendimentos superiores a 2 salários mínimos, o que reflete a grande desigualdade econômica existente no município.

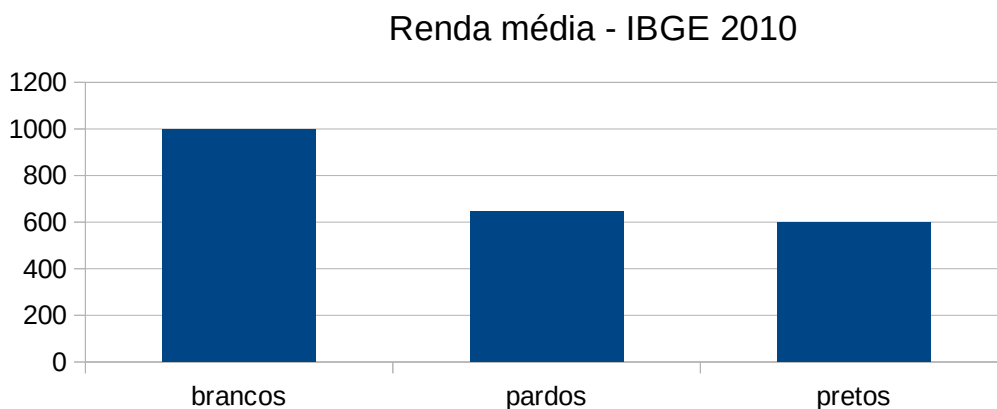
Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Ainda no campo econômico, conforme o IBGE (2010), a renda de “Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento de trabalho, ocupada na semana de referência” também possui grande discrepância quanto à característica étnico-racial. Pessoas brancas receberam em média R\$ 998,06, pessoas pardas R\$ 644,75 e pessoas pretas R\$ 599,00.

Gráfico 3



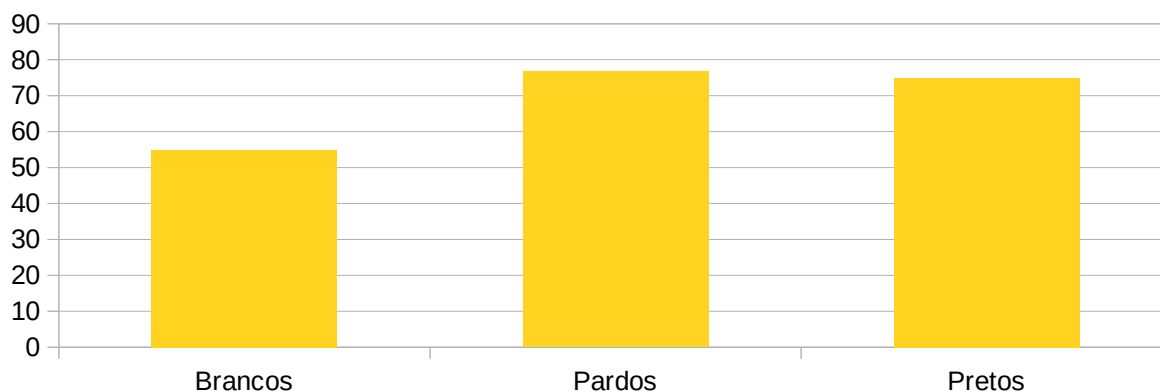
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Quando a referência é o recebimento de até 1 salário mínimo, de acordo com o IBGE (2010), 2.941 brancos(as) estavam nessa faixa, o que totalizou 54,9% da população branca da cidade; 2.955 pardos(as) estavam nesse patamar de renda, o que resultou em 76,7% da população parda do município; 740 pretos(as) estavam com rendimento de até 1 salário mínimo, que totalizou 74,89% da população preta de Bananal.

Gráfico 4

Rendimentos de até 1 salário mínimo

Percentual de acordo com a característica étnico-racial



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Analisando os rendimentos médios, notou-se que o abismo é significativo entre brancos e negros (pretos e pardos). Os brancos que possuem rendimentos superiores a 2 salários mínimos são 992, enquanto os negros são 129. Quando o tema é renda média, a população branca de Bananal recebe mais 35% em relação à renda média da população negra. Já quanto ao rendimento de até 1 salário mínimo são 3.695 negros, mais de 75% da população negra da cidade, enquanto são 2.941 brancos, menos de 55% da população branca da cidade.

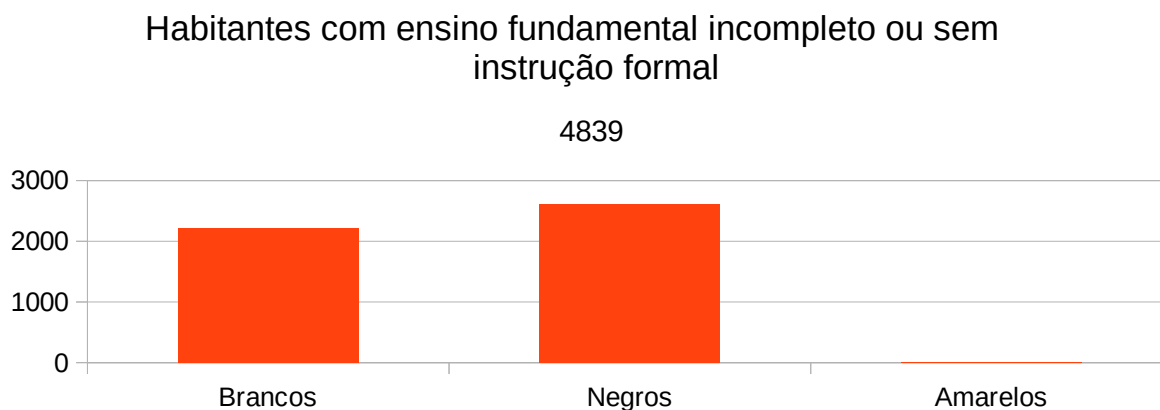
Os indicadores do IBGE 2010 direcionam para a expressiva desigualdade econômica entre os diferentes grupos étnico-raciais, o que remete mais uma vez para o contexto histórico da cidade e a insistente marca racista que por décadas perdura.

Para o psicólogo Heleno Donizete Novaes Almeida, morador da cidade e psicólogo da Prefeitura de Bananal, em entrevista realizada para esta pesquisa em 07/07/2023:

A gente tem uma cidade que é colonial. De alguma forma, a gente tem uma sustentação do poder, do capital econômico, que ele fica na mão dessas famílias e é um costume de se manter assim, dessa forma. O que sobra de resquício de toda essa vivência tem a ver com um recorte econômico muito forte. A partir do momento em que você não aprende a ganhar dinheiro, como é que a gente vai fazer isso? Do nada. Então, pensar nesse marco de população são pessoas que não só são violentadas diariamente, sem muitas vezes reconhecer o nível de violência que elas sofrem, mas que repercute nos filhos, na projeção, nos sonhos, na idealização, porque é sempre de um lugar de não poder.

De acordo com a mesma pesquisa do IBGE, no campo educacional, 4839 habitantes da cidade possuíam o ensino fundamental incompleto ou eram considerados sem instrução formal, dos quais 2219 eram brancos(as), 2023 eram pardas(os), 592 eram pretos(as) e 4 eram amarelas(os). Percebe-se que mais da metade da população negra encaixa-se como sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto.

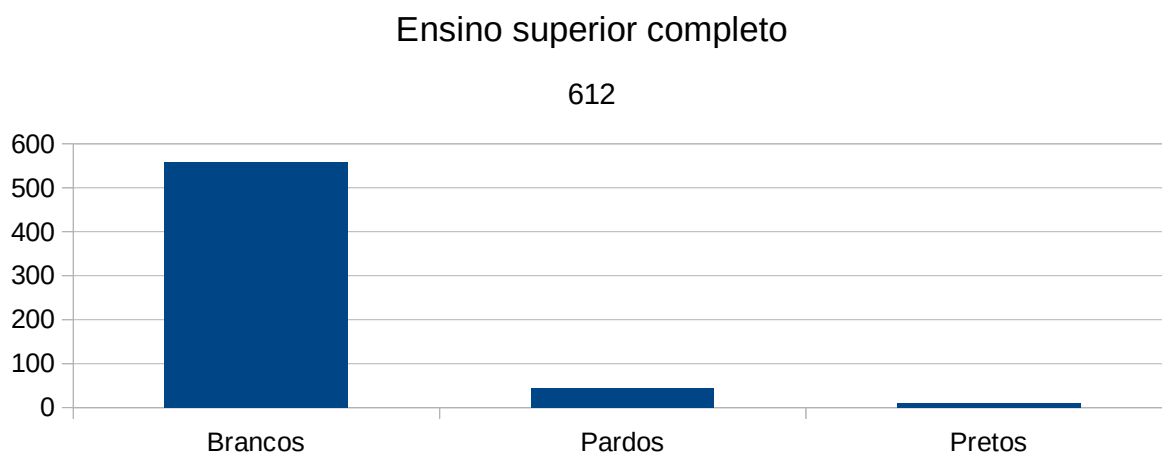
Gráfico 5



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Ao que se refere ao ensino superior completo (IBGE, 2010), 612 munícipes haviam concluído, porém desses somente 9 eram pretos(as) e 45 eram pardas(os), entretanto mais de 90% da população com ensino superior completo era composta por brancos(as) – 558.

Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

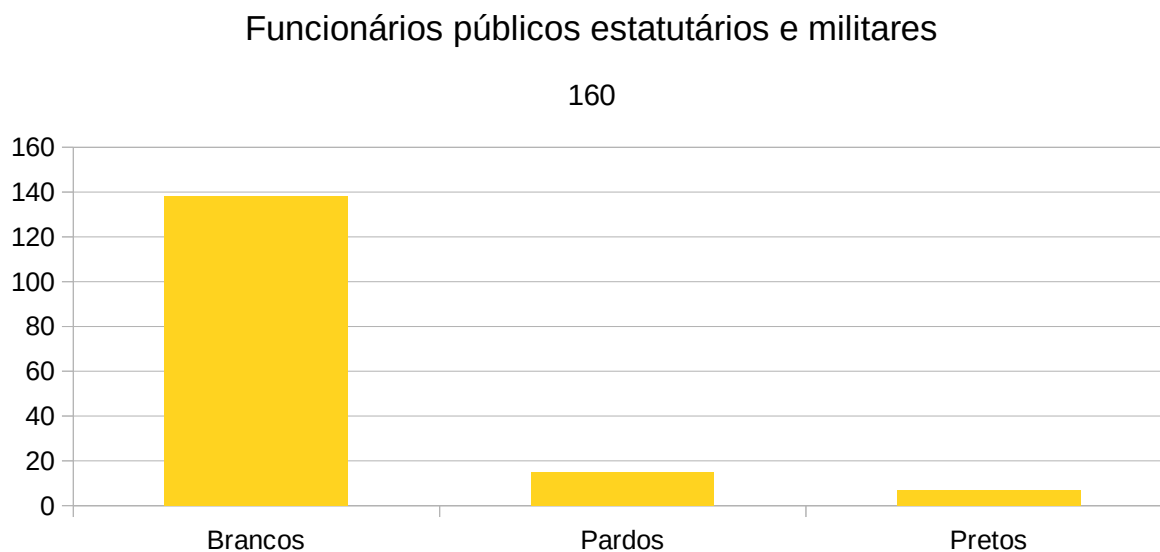
Vale ressaltar que em 2010 não existia qualquer espaço que oferecesse ensino superior no município, portanto havia a necessidade de deslocamento para as cidades vizinhas no

Estado do Rio de Janeiro (Barra Mansa, Volta Redonda ou Resende) a fim de frequentar alguma faculdade. Atualmente, existem universidades, tanto particulares quanto uma pública, com polo de ensino à distância em Bananal. No primeiro semestre de 2023, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, única instituição de ensino superior pública presente no município, ofereceu o total de 30 vagas para diversos cursos.

No âmbito do emprego, de acordo com o já citado censo, militares e funcionários públicos estatutários eram 160, dos quais mais de 80%, 138, eram cargos ocupados por brancos(as), somente 15 eram de pessoas pardas e somente 7 eram de pessoas pretas, o que reflete diretamente os privilégios recebidos pelos brancos ao longo da história da cidade. Além disso, por serem vagas ocupadas a partir de seleção em concurso público, este indicador possui relação direta com o desenvolvimento educacional de parte da população.

Torna-se relevante ressaltar que o município de Bananal não possui reserva de vagas para candidatos negros, o que reforça a estrutura racista e continua a propagar os reflexos coloniais.

Gráfico 7

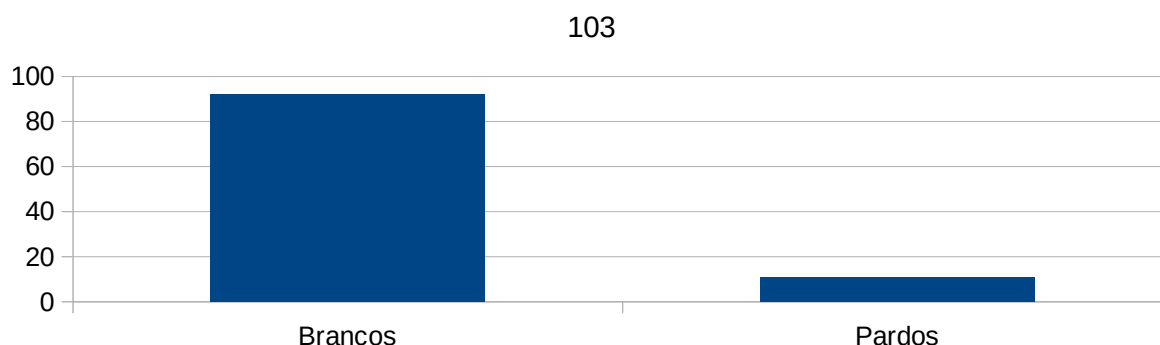


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Já os(as) moradores(as) que foram classificados(as) como empregadores(as) eram 103, dos quais 92 eram brancos(as), aproximadamente 90%, 11 eram pardos(os) e nenhuma pessoa era preta. Em diversas entrevistas realizadas para esta dissertação, houve o questionamento sobre a presença negra como empregadora na região central da cidade e não houve nenhuma lembrança imediata sobre a existência de empregadores negros.

Gráfico 8

Empregadores em Bananal



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do censo IBGE 2010.

Os indicadores do censo do IBGE 2010 corroboram para as enormes desigualdades raciais presentes no município, já que há uma relação direta entre menor escolaridade e menor possibilidade de inserção em postos laborais que oferecem maior remuneração e maior prestígio social.

As marcas do passado assombram o presente de parte significativa da população negra, tratada como objeto ao longo de quase dois séculos no município estudado, e continuam a oferecer privilégios para os(as) brancos(as), pois de acordo com Césaire (2020):

Entre colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contato humano, porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção.

É minha vez de apresentar uma equação: *colonização=coisificação* (Césaire, 2020, p.24.).

De maneira semelhante ao que foi apresentado pelo IBGE, como reflexo direto do colonialismo e da hegemonia/privilégio branco no município, pode-se notar a pequena representatividade política dos(as) negros(as) em Bananal. Até o momento, o cargo máximo municipal nunca foi ocupado por um prefeito afrodescendente. Somente 2 presidentes da Câmara Municipal eram negros, Josué de Santa Rosa (1985-1986) e Luiz Maurício Coutinho (dez 2015- dez 2016), de um total de 25 presidentes. As imagens abaixo retratam as homenagens aos prefeitos e aos presidentes da Câmara Municipal.

Imagem 5 - Fotografias dos prefeitos na parede da Câmara Municipal de Bananal-SP



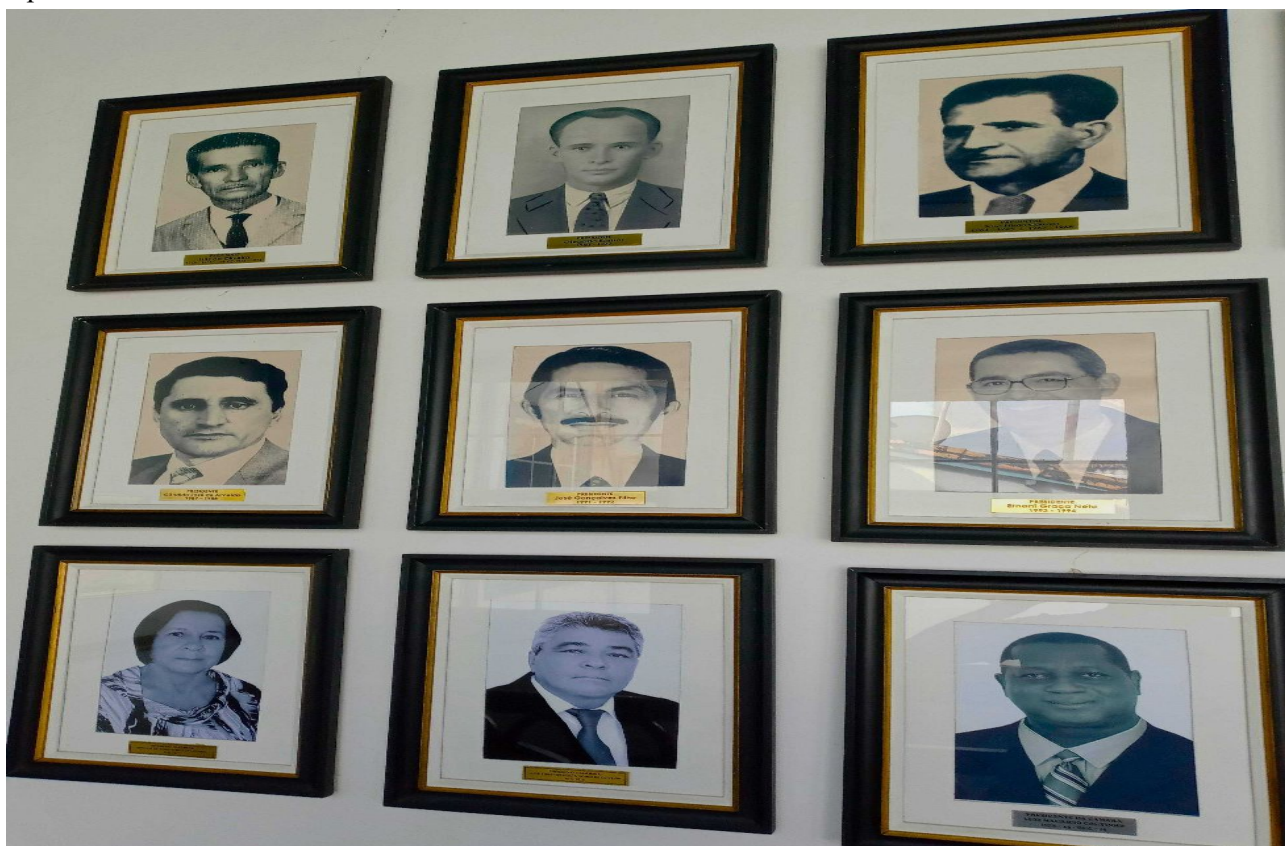
Fonte: Foto tirada em 11/07/2023 pelo autor.

Imagem 6 - Fotografias dos prefeitos na parede da Câmara Municipal de Bananal-SP



Fonte: Foto tirada em 11/07/2023 pelo autor.

Imagem 7 - Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal-SP expostas na parede da Câmara



Fonte: Foto tirada pelo autor em 11/07/2023.

Imagem 8 - Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal-SP expostas na parede da Câmara



Fonte: Foto tirada pelo autor em 11/07/2023.

Imagem 9 - Fotografias dos(a) presidentes(a) da Câmara Municipal de Bananal-SP expostas na parede da Câmara



Fonte: Foto tirada pelo autor em 11/07/2023.

No dia 11/07/2023, protocolei pedido de informações na Câmara Municipal de Bananal sobre as características étnico-raciais dos vereadores e das vereadoras do município de Bananal. A resposta com a inexistência das informações foi enviada pelo órgão municipal no dia 25/07/2023, conforme anexo I.

A falta de informações sobre a representatividade étnico-racial na política reforça o desinteresse dos dominantes em abordar a temática, assim como reflete a satisfação na manutenção do padrão, que persiste por décadas, de amplo predomínio branco na cidade analisada.

Bell hooks, na obra *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança*, (2021) afirma que:

Dada a natureza do patriarcado supremacista branco capitalista imperialista como um sistema que molda a cultura e as crenças, é fato que a maioria das pessoas brancas raramente está, se é que está em algum momento, em situações em que precise ouvir mulheres negras falando. (hooks, 2021, p.75.)

Tais situações abordadas acima por hooks são confirmadas na política bananalense pela vereadora Érika Affonso quando, em entrevista realizada para esta pesquisa, ela declarou que:

Eles acabam rindo da minha cara quando eu falo aqui na câmara. Eu sou mulher, eu sou negra. Eles acham que eu estou me vitimizando. É justamente o inverso. Eu estou me empoderando. E eles, os brancos, deboçam. Eles falam que já vem a Érika, mulher, negra, mãe solo, como se isso fosse um ponto negativo, sendo que, pelo contrário, é a minha força, porque realmente minha vida não foi fácil. Eu tenho orgulho de mim, porque eu lutei contra tudo e contra todos.

1.3 Representatividade esquecida: afrodescendentes em Bananal - aspectos históricos e sociais na configuração atual da cidade

Uma das construções mais imponentes do centro da cidade é o casarão histórico Solar Aguiar Valim, espaço que foi muito utilizado para as festividades da família Aguiar Valim.

Imagem 10 – Parte externa do Solar Aguiar Valim



Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 07/07/2023.

Conforme o relato da historiadora Maíra Cheminand em entrevista em 23/07/2022, anexo VII desta pesquisa, o casarão era utilizado em divisões. O primeiro piso era para que as pessoas escravizadas fizessem suas rotinas de trabalho no casario. Já o segundo pavimento era usado pela família do barão para os momentos de festividades.

Os poucos momentos em que as pessoas escravizadas são apresentadas nas obras históricas de Bananal referem-se aos seres escravizados que tocavam na banda de música. Eles tinham como função somente tocar na banda, para isso não trabalhavam na lavoura, na manutenção da casa ou em qualquer outra função, porém a banda de afrodescendentes não ficava exposta para os participantes das festividades, pois uma parede de quase 2 metros cobria o espaço em que a banda ficava. Ou seja, nem os convidados visualizavam os escravizados nem os afrodescendentes tinham contato visual com os brancos. A invisibilização era constante. A banda existia, mas não deveria ver e não era vista.

Imagem 11 - Parte interna, segundo piso, do Solar Aguiar Valim. Parede que cobria o espaço em que ficava a banda de música dos escravizados



Fonte: Foto tirada pelo autor em 23/07/2022.

Por mais que soubessem sobre a existência das pessoas negras realizando determinadas atividades, os afrodescendentes eram constantemente esquecidos pelas pessoas “importantes”, que são reconhecidas pelos recursos financeiros, entretanto não se questionava,

ainda hoje não se questiona amplamente, sobre a forma em que esses recursos eram angariados pelos proprietários de terras da cidade.

Continua a historiadora Maíra, conforme entrevista realizada em 23/07/2022, referindo-se ao passado explorador de parte da história da cidade e que dificilmente é contado nos espaços do município, “Bananal por ser uma cidade extremamente conservadora não quer tocar nessa ferida do preconceito”.

Ainda no Solar Aguiar Valim, os negros deveriam usar escadas diferentes dos brancos. Só poderiam entrar no segundo piso do casarão para realizar as atividades laborais. O espaço do negro era abaixo do branco e isso ficava muito evidente até mesmo na arquitetura do casarão.

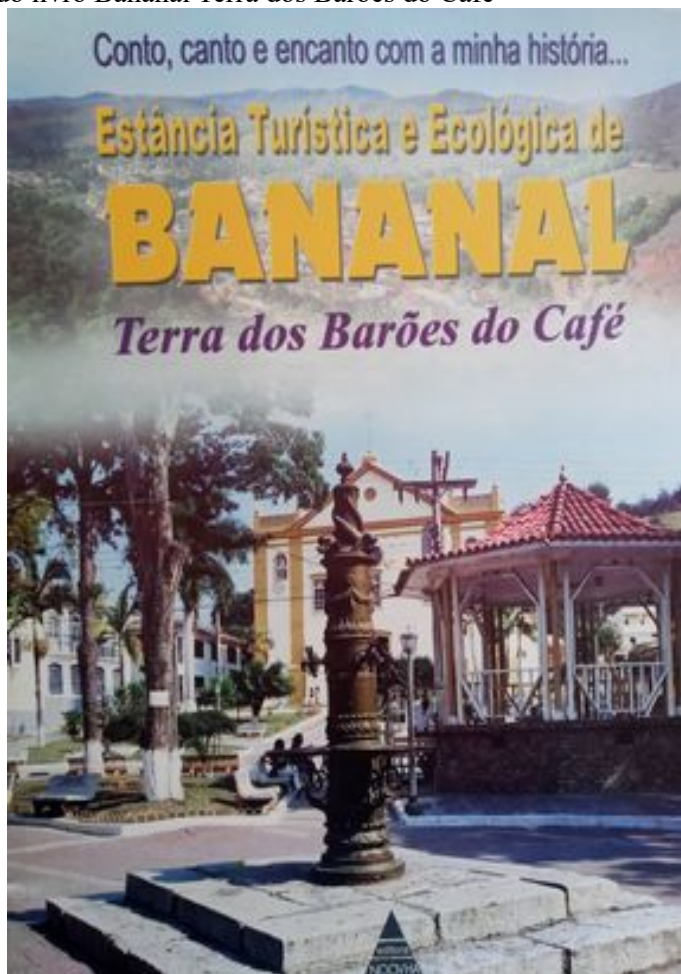
Como comparativo da grande quantidade de pessoas escravizadas, a historiadora Maíra informou que Bananal chegou a ter mais de 15 mil escravizados ao longo do período escravocrata, quantidade de pessoas superior que a população atual da cidade de, aproximadamente, 10 mil habitantes.

Mesmo com uma grande quantidade de pessoas escravizadas na cidade, os relatos sobre a formação de quilombos em Bananal ainda não apresentam elementos oficiais. Cabe ressaltar que nos livros de classificação dos escravizados algumas pessoas receberam a observação de “fugido”.

Relatos orais existem sobre a formação de quilombos, em especial na Serra da Prata, a partir das fugas para as regiões de mata fechada, todavia essas informações ainda hoje são extremamente precárias, em parte pela ausência de registros, documentos, que deixam lacunas sobre importante forma de resistência negra contra a escravidão. A ausência desses dados insiste em ocultar os registros do passado escravocrata, deixando vazios sobre a resistência afrodescendente na região pesquisada, como em outras partes do país.

Como forma de identificar as diferenças brutais nos tratos sociais num momento mais atual, analisei o livro “Bananal Terra dos Barões do Café” (Graça, 2006), obra que é referência na cidade, sendo utilizada frequentemente nas escolas municipais de ensino fundamental. No mês de fevereiro de 2022, busquei informações sobre a história de Bananal na Biblioteca do município, na Prefeitura e na Secretaria de Educação. Recebi a indicação de leitura da obra “Bananal Terra dos Barões do Café” nos três lugares. Somente na biblioteca da cidade, tive a informação sobre a existência de outras publicações sobre o município e seus habitantes, mesmo que de maneira superficial.

Imagem 12 – Capa do livro Bananal Terra dos Barões do Café



Fonte: Graça, 2006.

Como ponto inicial, vale a reflexão sobre o título da obra. O que se espera de um livro, publicado já no século XXI (2006), que busca apresentar a história da cidade e, já de início, diz que a terra é daqueles que exploraram, estupraram, torturaram e mataram outros seres humanos? Quais valores estão impregnados nos que se propuseram a produzir tal publicação? Que grupos foram valorizados e que grupos sociais foram preteridos em publicação realizada 118 anos após o fim oficial da escravidão no Brasil?

O fundo da foto da capa do livro apresenta um espaço religioso, igreja matriz de Bananal, frequentado pelos mais ricos economicamente. Cabe ressaltar que no período colonial somente os brancos frequentavam a igreja matriz.

Mesmo como pano de fundo, há uma indicação da inclinação, seja intencional ou não, em manter os padrões coloniais, os mais economicamente desenvolvidos e seus espaços recebem destaque, maior representatividade, enquanto os mais pobres economicamente continuam na exclusão, no esquecimento.

As pessoas pretas e pardas, no seu momento religioso voltado ao cristianismo, deveriam frequentar a igreja Nossa Senhora do Rosário, também conhecida como “Igreja dos Escravos”.

Imagem 13 - Entrada da igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Foto tirada pelo autor em 23/07/2022.

Mesmo nos dias atuais, nota-se, conforme as imagens, que a igreja Nossa Senhora do Rosário ainda é considerada como igreja dos escravos. Mesmo servindo como chamariz aos turistas, a igreja, citada como dos escravos, não possui qualquer referência aos seres escravizados.

Imagem 14 - Placa na entrada da igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Foto tirada pelo autor em 23/07/2022.

Torna-se importante ressaltar que a religião católica, que era dominante desde o Brasil Colônia, lucrava com o tráfico e com a exploração de seres humanos e mesmo assim, ainda hoje, possui forte representatividade no território brasileiro, inclusive por descendentes daqueles que foram vilipendiados.

Dando prosseguimento ao livro (Graça, 2006), na página 3, pode-se apontar para a publicação de Carlos Cheminand, pessoa que tem hoje o nome gravado no principal centro cultural do município.

Estrela faceira que pontilha neste instante o azul diálogo do céu, brilhante, a refulgir seus dardos luminosos, fulgurantes, sobre um fragmento do grandioso Brasil, sobre um pedaço da terra paulista, sobre o terrão acobertado por exuberante vegetação, banhado por águas puríssimas e cristalinas...

Bananal, estrela faceira que surge cintilante marcando a primeira etapa...

Bananal tão querida de seus filhos, gloriosa, rica, cheia de vida e opulência no passado e que rompe o negror das nuvens, para brilhar soberba num dilema de luz, de raios cintilantes.

Pelas palmas verdejantes das altaneiras palmeiras que se erguem garbosas enfeitando o solo da Bananal, soluça de mansinho a tépida brisa, murmurando uma prece para Imaculada Virgem, prece essa que suavemente sobe em espirais, num ritmo harmonioso, numa súplica, para que o Rei dos reis, lá das incomensuráveis alturas, abençoe seus habitantes.

Com certeza os vindouros, mimados pelo mesmo surto de grandeza, continuarão sem esmorecimento a obra começada.

São recordações do passado... dos feitos de seus homens até o momento presente, deixando transparecer a cada uma das fases de sua evolução um misto de progresso, de estímulo, de abnegação e de amor.

Imagem 15 – Página 3 do livro *Bananal Terra dos Barões do Café*



Fonte: Graça, 2006.

A natureza da cidade é exuberante, isso é indiscutível. Mesmo com o avanço das madeireiras e da pecuária, a fauna, a flora e os seres místicos das matas insistem em confrontar o que a sociedade classifica como progresso, que é desenvolvido desenfreadamente com a destruição de diferentes formas de vida, humanas ou não.

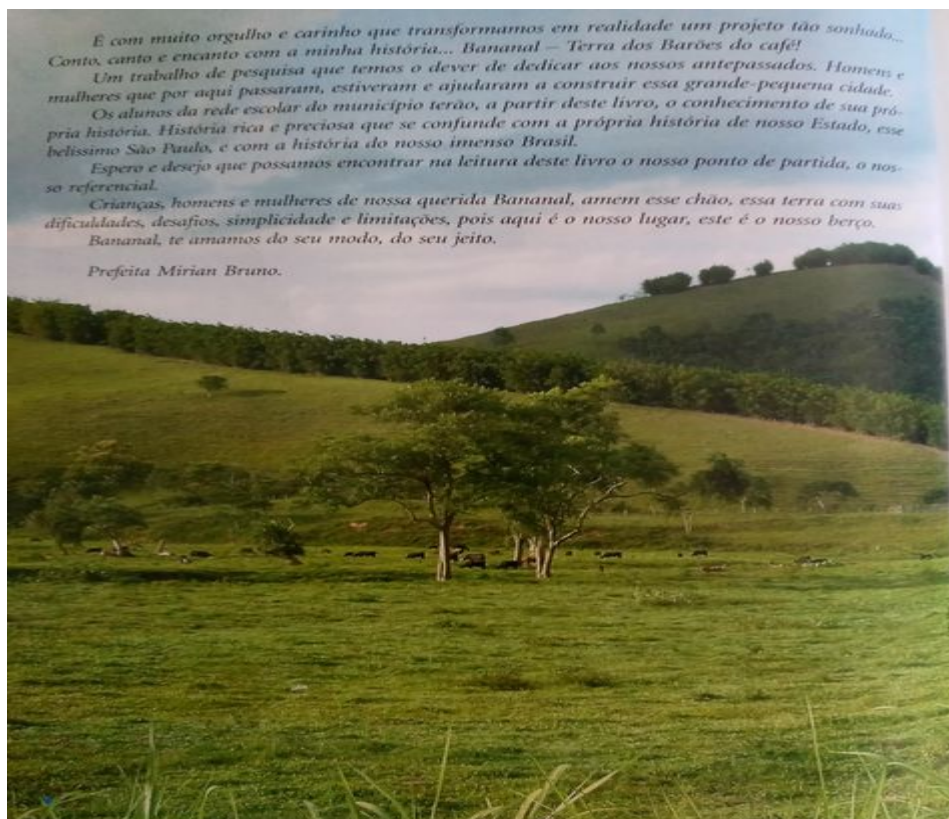
Porém, lendo o texto de Carlos Cheminand, direcionado para a população branca da cidade, nota-se que o passado foi repleto de glória, de momentos grandiosos, de pessoas notáveis por produzirem riquezas econômicas, que se mantiveram ao lado da religiosidade do

opressor, por não medirem esforços em destruir, mesmo sendo com sofrimento no corpo, na alma, na existência dos negros e dos indígenas.

Os negros nessa passagem textual só possuem referência lexical, mesmo com um uso conotativo, quando o autor cita que “Bananal rompe o negror das nuvens”. Independente do sentido figurado, o posicionamento é de caracterizar negativamente o termo, assim como a população afrodescendente. Seria essa percepção textual uma forma de educar e de criar cidadãos aptos a respeitar todas as diferenças? Ou essa perspectiva presente no texto somente acentua, maximiza, os diversos males propagados durante séculos num país tão desigual, mas que tenta entregar de maneira superficial e simplória uma democracia racial inexistente?

Após o índice, há uma mensagem escrita, reproduzida abaixo, pela prefeita da época, Mirian Ferreira de Oliveira Bruno, que teve mandato de 2005 até 2008. São seis parágrafos que traduzem as divisões sociais do passado e reproduzem a importância dada pelo poder público da cidade para somente uma parte da história. Além disso, a escolha do cenário da mensagem da prefeita apresenta a destruição ambiental a partir da ausência da mata nativa, somente poucas árvores estão presentes na imagem. Em situação oposta, existe a presença de diversos bovinos e de pasto para a alimentação dos animais.

Imagem 16 – Página 6 do livro Bananal Terra dos Barões do Café



Fonte: Graça, 2006.

A prefeita da época dedica a obra aos antepassados, todavia não faz qualquer referência aos negros e indígenas. De forma oposta, os barões do café fazem parte do título e são enaltecidos ao longo do livro. Além disso, a prefeita deixou evidente que o intuito dessa publicação era oferecer aos alunos e às alunas da rede escolar o conhecimento da história. Uma história tendenciosa, pois há a valorização dos recursos financeiros e nada expressa sobre a valorização das vidas humanas, principalmente de negros e indígenas.

Conforme anteriormente informado nesta dissertação, as funcionárias dos órgãos (Administração Central, Biblioteca Municipal e Secretaria de Educação) ligados à prefeitura de Bananal orientaram para a leitura desse livro, logo pode-se afirmar que, além de ser trabalhado em sala de aula com grande parte dos/das estudantes, a publicação tornou-se referência para inúmeros servidores públicos, mesmo sendo uma publicação extremamente parcial e racista. Por esse motivo, a análise do livro torna-se tão relevante nesta dissertação.

Ao longo do livro, poucas passagens fazem referências aos negros e indígenas. Quanto aos negros, a maior referência ocorre em poucas linhas quando é abordada a banda de música formada pelos escravizados. Em referência aos indígenas, existem duas páginas que citam os primeiros habitantes da região, porém a abordagem é mais voltada aos costumes dos seres originários, o que deixa vazios, esquecimentos intencionais, apagamentos culturais e sociais sobre a vida dos seres originários antes e durante a escravização pelos barões do café na região.

A mão de obra escravizada é citada no livro, entretanto pela ótica de como era importante para o desenvolvimento do município e da região, tanto que na página 35 o autor alega ser um problema o fim definitivo do tráfico de escravizados africanos. Na página 40, o autor informa que a falta de mão de obra escravizada deixou parada a construção da estrada de ferro ramal bananalense. Já na página 44, o autor aponta para o fim do período de riqueza e prosperidade, impulsionado pela exaustão da terra e pela abolição da escravatura em 1888. Na mesma página 44, conforme citação abaixo, há uma abordagem muito comum, ainda hoje, em grande parte dos habitantes da cidade, a narrativa, contada inclusive nas escolas, de que os barões do café, os escravizadores, eram bons com os escravizados.

No período da escravidão no Brasil a população escrava de Bananal era maior que a de brancos. Abundavam os casos amorosos entre escravas e fazendeiros, e estes sempre assumiam os frutos dessas relações, uma vez que havia um juiz de órfãos na cidade e que a crença religiosa os fazia ter medo de que o filho não ganhasse o reino dos céus. Em sua maioria os senhores de Bananal não eram maus e grande número de escravos libertos continuou trabalhando, com remuneração, para seus senhores (Graça, 2006, p.44).

Como alguém que reduz todas as liberdades individuais e coletivas de determinados grupos humanos pode não ser considerado mau?

Os objetos de tortura usados durante o período escravocrata, conforme as ordens dos donos de terra, seriam práticas razoáveis para pessoas boas?

Imagem 17 - Acervo de objetos do período escravocrata da Fazenda dos Coqueiros no município de Bananal-SP



Fonte: Foto tirada pelo autor em 11/05/2023.

Na fazenda dos Coqueiros, algumas pessoas escravizadas eram mantidas em senzala abaixo do piso de madeira da casa principal, para aquecer os moradores brancos da casa. O local, além de apertado, possui o teto baixo, o que impossibilitava que os escravizados ficassem em pé. Manter seres em senzalas seria prática de alguém que pode ser considerado como não sendo mau?

Imagem 18 - Espaço utilizado como senzala na Fazenda dos Coqueiros no município de Bananal-SP



Fonte: Foto tirada pelo autor em 11/05/2023.

Mesmo com tantos abusos nas relações humanas, alguns seres escravizados continuaram a trabalhar para os donos das terras, porque não havia oportunidades nem amparo social para os escravizados que haviam recebido, mesmo com limitações sociais, a liberdade física.

Além disso, os seres escravizados não possuíam qualquer direito, não eram tratados como seres e muito menos tinham suas vontades ou desejos realizados. Dessa forma, como chamar de casos amorosos se não havia a possibilidade da mulher optar em querer e em aceitar o relacionamento sexual? A obra insiste em chamar de casos amorosos entre escravizadas e fazendeiros o que, na ampla maioria das sociedades, chama-se de estupro.

A citação da página 44 apresenta, mais uma vez, a narrativa eurocêntrica, colonizadora, dominadora, como positiva. Existem tentativas agudas de justificar e abrandar os terrores da escravidão, logo o que é considerado brutal acaba silenciado. Já os resultados que destilam privilégios, mesmo para poucos, são destacados, para que continue a perpetuação das histórias racistas que favoreçam o branco.

Evidentemente que o autor não abordou os escravizados que fugiram, os escravizados que foram torturados, que foram mortos, nem os quilombos que surgiram como forma de resistência. Muito menos fez qualquer alusão para as atrocidades em sequestrar, torturar e

manter em cárcere aqueles que foram tratados como objetos para acumulação de capital e formação/manutenção do poder dos donos das terras.

No entanto o autor informa na página 45 que um dos mais ricos cafeicultores de Bananal na época, Manoel Aguiar Valim, mantinha negros africanos escravizados mesmo após abolida a escravidão no Brasil. Mesmo assim, o prestígio social do escravizador, inclusive na sociedade bananalense hodierna, continua imaculado para grande parte da população.

A religiosidade é apresentada em duas páginas do livro (72 e 73) e o mesmo padrão branco é encontrado. A igreja católica predomina, inclusive com homenagens para dois representantes do catolicismo na cidade de Bananal. Já o negro é citado como aquele que foi obrigado a aceitar o catolicismo para continuar a praticar suas crenças. Nenhuma imagem é apresentada de religião de matriz africana ou dos seus praticantes. Conforme IBGE 2010, aproximadamente, 70% da população da cidade caracterizou-se como católica, 20% dos municípios como evangélicos e 10% em outras religiões ou sem religião definida. Não há referência à existência das religiões de matrizes africanas, mesmo com quase 50% da população negra na época da pesquisa.

Na página 95, no campo “Curiosidades”, o autor cita que:

Bananal chegou a contar com 82 grandes fazendas e oito engenhos de açúcar e aguardente. Os fazendeiros de Bananal foram muito importantes, suas riquezas formaram a locomotiva do progresso e cultura para seus filhos e descendentes (Graça, 2006, p.95).

Percebe-se, na citação acima, o caminho colonizador pretendido pelo autor e pelos participantes diretos na obra, a tentativa de distanciar a justiça social para manter os privilégios dos descendentes dos escravizadores. O segundo período da citação apresenta de maneira direta a tentativa de proteger os torturadores e os resultados financeiros, materiais, produzidos a partir da dor e do sofrimento de outros seres. Deve-se considerar que os outros seres nem são efetivamente apresentados como detentores de individualidades.

Em continuidade, o livro apresenta oito fazendas da região entre a página 115 até a página 122. Durante essas páginas, pequenas histórias são contadas na tentativa de valorizar os proprietários das terras e suas práticas, assim como características arquitetônicas das construções e seus mobiliários de época.

A condução da obra mostra nas demais páginas o caminho já retratado anteriormente, já que os brancos continuam apresentados como importantes, aqueles que fizeram de tudo para o desenvolvimento da cidade e da sociedade. Incluem-se nesse campo os imigrantes europeus, visto que receberam diversos incentivos para povoar e desenvolver a região, com o apoio oficial do Governo do Estado de São Paulo.

As imagens retratadas no livro são quase exclusivamente de pessoas brancas. Como exemplo, pode-se citar o capítulo 25, que apresenta as personalidades municipais (página 132 até a página 145), pois constam 23 fotografias, em que todos os apresentados são brancos, inclusive aqueles que nasceram no século XX.

Os negros aparecem no livro como objetos dos brancos ou em plano meramente secundário inclusive no momento de guerra. Os soldados bananalenses enviados para a guerra do Paraguai eram majoritariamente pobres e negros, contudo as imagens apresentadas no livro que fazem alusões à guerra e aos soldados só exibem homens brancos.

Torna-se relevante observar que a obra Bananal Terra dos barões do café é trabalhada nas salas de aula do município e de acordo com Rufino (2021):

A colonização não se faz sem que haja um plano de ensino e um currículo que institua a aprendizagem do ser colonizado via violência e esquecimento de si para sua transformação em algo permanentemente em desvio e submisso (Rufino, 2021, p.22).

Em consonância com a citação acima, Almeida cita que “ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade” (Almeida, 2019, p.45).

A educação pautada no colonialismo, nos privilégios dos brancos, na apresentação de resultados materialistas, independente do sofrimento de outros seres, aprofunda as distorções de uma sociedade que há séculos padece socialmente. A área que deveria propor reflexões críticas e, antes de qualquer ponto, deveria buscar caminhos para uma sociedade mais equilibrada e justa acaba por aprofundar e alimentar os problemas sociais.

Ao longo de gerações, os espaços educacionais reproduziram as narrativas brancas com viés eurocêntrico, voltadas para a acumulação de capital e para a busca pelo poder, inclusive com o suporte de material histórico e literário elaborado no século XXI com o aval e apoio governamental. Já os negros foram relegados a uma participação acessória, o que traduz diretamente nas relações sociais que são encontradas na atualidade municipal.

Como mais um exemplo da narrativa branca trabalhada nos espaços educacionais, há o hino da cidade de Bananal.

HINO OFICIAL DE BANANAL

Letra: Alcides Pereira Peixoto

Música: Bráulio de Souza

Bananal, tua história é tão linda
Toda cheia de afeto e de luz
Teu passado de glória é ainda,
Relicário de fé que reluz.

Levantada por entre montanhas
Por um povo que amava o Brasil
Labutou em ingentes façanhas
E mostrou ser herói e viril.

Salve, salve, cidade ideal
Honra e glória de imenso país
Para nós teu passado é fanal
De um futuro risonho e feliz

Terra virgem que o escravo lavrou
Transformando em brilhante tesouro
De teu solo que Deus preparou
Vicejaram belos frutos de ouro

De verdes cafezais, um colar
Foi ornado de tua pujança
No passado tornou-se sem par
No presente és cidade, és herança

Salve, salve, cidade ideal
Honra e glória de imenso país
Para nós teu passado é fanal
De um futuro risonho e feliz

Da província paulista, pioneira
Foste estrela de brilho invulgar
Engastada no azul, altaneira
Desta pátria no céu a pairar

Terra máter de ilustre varões

Que levaram o teu nome além-mar
Celebra-te as excelsas lições
É viver é amar, despertar

Salve, salve, cidade ideal
Honra e glória de imenso país
Para nós teu passado é fanal
De um futuro risonho e feliz

Percebe-se que o início do hino já direciona para mais uma narrativa a partir do ponto de vista do opressor, pois história linda, toda cheia de afeto e de luz só possui relação com as histórias contadas pelos ricos financeiramente, o que exclui drasticamente as pessoas escravizadas como seres pertencentes de sentimentos, deixando-os(as) como meros objetos dos donos das terras.

Nos dias atuais, ainda é muito comum ouvir que o café levou riqueza para Bananal (5ª estrofe), porém, na ampla maioria das vezes, deixam de explicar que a riqueza financeira foi gerada, substancialmente, pela exploração não remunerada dos trabalhadores escravizados das fazendas. Vale ressaltar que o fim da escravidão possui relação direta com as dificuldades financeiras apresentadas pelos donos das fazendas, inclusive dos barões do café.

A terceira estrofe deixa evidente que os personagens referenciados pelo hino são os donos das terras, os escravizadores. A dita cidade ideal possui um tenebroso passado, em que a dor e o sofrimento de grande parte da população era constante. Por mais que tentem, as palavras de exaltação aos dominadores não conseguirão apagar a real história de violência na cidade. Além disso, é possível perceber que a violência existente no período do Brasil Colônia reflete na atualidade da população afrodescendente, o que pode ser facilmente notado de acordo com os dados do censo IBGE apresentados nesta pesquisa.

O escravizado é citado na quarta estrofe do hino sem nenhuma qualificação, como mero trabalhador. No entanto, na oitava estrofe, os barões do café são apresentados, qualificados, como ilustres “que levaram o teu nome além-mar”, maneira completamente divergente em relação às pessoas que efetivamente trabalharam forçadamente nas terras.

O hino é mais um reflexo das ações de manutenção das características eurocênticas, dos privilégios daqueles que torturaram, mataram e estupraram com a finalidade de acumulação de capital. Tais ações traduzem a hegemonia branca do passado e reforçam as diversas desigualdades atuais no município.

1.4 Formação urbanística da cidade

Para compreender a realidade das pessoas, há de se compreender as formas em que essas pessoas são expostas na sociedade em que vivem. Para tal, apresenta-se neste momento a configuração urbanística do município, com destaque para as ruas mais conhecidas e para os principais espaços públicos da cidade de Bananal-SP. O constante esquecimento da população afrodescendente e indígena e os enormes traços hegemônicos da branquitude também são identificados. Conforme Bento (2022),

Foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (Bento, 2022, p. 28).

Cabe ressaltar que, mesmo iniciada há décadas, a configuração urbana do município pouco mudou até os dias atuais. Em entrevista realizada em 07/07/2023 para esta pesquisa, o psicólogo Heleno Donizete Novaes Almeida², quando perguntado sobre as características, sobre as marcas, urbanas existentes na cidade de Bananal, afirmou que:

Eu comecei a entender um pouco mais que lugar que é esse, quando consegui entender os níveis de violência estrutural e institucional que a cidade tem. Hoje eu tenho um pouco mais de clareza nesse sentido, entendendo que a cidade foi muito vítima de muito sofrimento. As pessoas dessa cidade têm essa marca muito forte e com isso quase que eu sinto uma despersonalização. Quase sinto as pessoas sem esse espaço, sem esse lugar, sem se reconhecerem como tal. Então, hoje eu vejo muito forte como que as pessoas de Bananal não se consideram negras, por exemplo. Elas não se afirmam, é muito comum a gente escutar das pessoas que são morenas, como se isso fosse menos pior. Eu acredito que tem marcas fortes desse processo de racialização, desse processo de colonialismo que montou a cidade. Mas é isso, pensando nesse processo de racialização, eu acho que têm muitas marcas e que hoje as pessoas precisam entender um pouco melhor de onde elas vêm, para conseguir atuar na realidade e romper com ciclos de violência.

Principais logradouros da cidade

A escolha do nome de uma rua deve ter um significado muito relevante, já que será referência para inúmeras pessoas, de diversas gerações, deixando exposto seu feito para a

² Heleno Donizete Novais Almeida é nascido em Resende, mas mudou-se para Bananal na infância. Psicólogo na Prefeitura Municipal de Bananal, trabalha na saúde mental do município. Além de psicólogo, é atuante artista teatral na cidade de Bananal.

comunidade e para a sociedade como um todo. Além de, mesmo que inconscientemente, influenciar nos efeitos de atos que possam ser considerados positivos ou negativos para determinado grupo social. Numa cidade com fortes marcas coloniais, a representatividade do grupo opressor insiste em diminuir espaços de representatividade dos grupos oprimidos. Conforme o psicólogo Heleno Donizete Novaes Almeida,

A gente está falando sobre manutenção do poder. Então, continuar dessa forma é muito... não vou dizer necessário, mas é muito bom para diversas pessoas. Quando a gente pensa em que pessoas são essas, são as pessoas que detêm poder sobre a cidade, são os representantes do poder público. Então, isso é muito forte. Isso é muito, muito forte, porque sempre é desse lugar, sempre é dessa disputa que nunca é justa.

A citação acima, do entrevistado Heleno Donizete, possui relação direta com os números, indicadores, apresentados pelo censo do IBGE de 2010, que constam no capítulo I desta dissertação. A perpetuação do poder, do controle, inclusive hodiernamente, ocorre pelos brancos nas mais diversas áreas da cidade, condição análoga ao que ocorria na época dos barões do café.

A fim de compreender a configuração atual da cidade de Bananal, protocolei o pedido de informações sobre as pessoas homenageadas com a denominação dos dez logradouros públicos mais frequentados à Câmara de Vereadores da cidade em 26 de maio de 2022, contudo, em resposta, de acordo com anexos III, IV, V e VI, a Câmara informou que:

Ressaltamos que infelizmente, ao rever nossos arquivos, constatamos que não temos todas as informações solicitadas, uma vez que por se tratar de denominação de logradouros públicos muito antigos, não há registro de vários deles na Câmara Municipal, tendo em vista que naquela época, o Poder Executivo tinha competência para dar nomes aos logradouros públicos através de Decreto do Executivo, que não dependiam de aprovação pela Câmara.

A solicitação buscava compreender os motivos que fizeram com que os nomes de pessoas brancas, relacionados abaixo, fossem homenageados pelo poder público, enquanto nenhuma pessoa negra (preta ou parda) ou indígena tivesse qualquer representatividade nas ruas ou praças da cidade.

- Avenida João de Godói Macedo;
- Avenida Rubem de Melo;
- Rua Manoel de Aguiar;

- Rua Leonídio Gomes;
- Rua Barão de Joatinga;
- Praça Dona Domiciana;
- Praça Rubião Júnior;
- Rua Manoel Valentim Bastos;
- Rua Olegário Ramos;
- Rua Pedro José Nader;
- Rodovia Sebastião Diniz de Moraes.

Conforme informação da historiadora Maíra Cheminand, em entrevista realizada para esta dissertação, “as ruas mais antigas são nomeadas por pessoas brancas, eram a elite econômica da época. Negros não eram agraciados”.

Portanto, fica evidente que a cúpula econômica e social mantinha suas honrarias para os que faziam parte do seletivo grupo. Legislar em causa própria, enxergar somente os dominadores, criar regras e leis para manter e esconder as dominações e crueldades, tudo em nome de poder social e econômico. Para aqueles que não faziam parte da cúpula política, social e econômica, restavam as ações de exclusões, principalmente, pelos órgãos públicos.

A vereadora Erika Affonso³, em entrevista concedida na Câmara Municipal em 11/07/2023 para esta pesquisa, quando questionada sobre a estrutura da cidade e a representatividade étnico-racial, afirmou que:

Aqui é o exemplo. O próprio prédio que a gente está foi construído sobre a lágrima e o suor do negro, de forma forçada, conforme a história nos conta. E não se fala do negro, só se fala do barão. Do barão, isso, barão aquilo, tal. E pouco se fala da questão da importância que o negro teve em todo o aspecto da cidade. Não se faz nenhum trabalho voltado a isso.

Assim como o prédio histórico da Câmara Municipal, inúmeras construções de Bananal datadas séculos XVIII e XIX foram erguidas a partir da força dos escravizados, porém os créditos, ainda hoje por grande parte da população, são concedidos aos proprietários das terras, o que, comumente, deixa no esquecimento toda importância e sofrimento da população afrodescendente escravizada.

Ainda em referência à Câmara Municipal, torna-se marcante a pequena representatividade negra nos cargos ocupados, sejam pelos representantes eleitos ou pelos

³ Erika Teresa Coitinho Affonso, nascida em Bananal, está no terceiro mandato de vereadora no município.

concurados, o que possui grande aproximação com parte da letra da música Cidadão, de Zé Ramalho, pois aqueles que construíram os espaços não conseguem acessá-los.

Tá vendo aquele edifício, moço?

Ajudei a levantar

Foi um tempo de aflição

Era quatro condução

Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto

Olho pra cima e fico tonto

Mas me vem um cidadão

E me diz, desconfiado

Tu "tá aí admirado

Ou "tá querendo roubar?

Meu domingo 'tá perdido

Vou pra casa entristecido

Dá vontade de beber

E pra aumentar o meu tédio

Eu nem posso olhar pro prédio

Que eu ajudei a fazer

Imagem 19 - Estrutura da parede da Câmara Municipal de Bananal, construída pelos escravizados



Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 11/07/2023.

Imagem 20 - Estrutura da parede da Câmara Municipal de Bananal, construída pelos escravizados



Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 11/07/2023.

Em 10 de maio de 2022, o prefeito de Bananal, William Landim, solicitou autorização, conforme Lei Complementar Nº 034, para erigir três bustos na Praça D. Domiciana, na região central da cidade, um em homenagem ao Dom Pedro I, um em homenagem à Princesa Isabel e outro à Maria Quitéria.

No dia 11 de julho de 2022, foi assinada a Lei Complementar Nº 035, que altera a Lei Nº 034 e passa a homenagear com o busto a Princesa Leopoldina ao invés da Princesa Isabel.

Protocolei na Prefeitura Municipal, no dia 11/07/2023, pedido de informações sobre as justificativas para a inclusão de homenagens para os citados nos dois parágrafos anteriores. Em resposta, a Procuradoria-Geral do Município enviou as Leis Nº 034/2022 e Nº 035/2022 e os projetos de lei complementar Nº 003/2022 e Nº 004/2022.

Os projetos de lei e as leis reforçam que os bustos são frutos de doação para a Prefeitura Municipal o que “contribuirá para que a população e turistas conheçam mais de nossa história” e que a colocação dos bustos “além de homenagear os cidadãos bananalenses, revela-se como uma forma de propiciar o conhecimento pela população de um pouco da história da cidade”.

Ainda nos dias atuais, a exclusão da população negra e a persistente divulgação de narrativas cujos heróis são de descendência europeia podem ser facilmente verificadas nas ações de diversos agentes da sociedade. No campo político, tal condição não é diferente. A colocação dos bustos de personalidades brancas reforça as marcas excludentes que o município, em inúmeros momentos, passa tanto para os turistas quanto para a população da cidade.

Essas marcas excludentes são perceptíveis no dia a dia daqueles que moram ou frequentam a cidade. Luiz Carlos Rocha, conhecido como Mestre Pretinho, nascido em Barra Mansa-RJ, possui trinta e cinco anos de experiência dando aulas de capoeira e, aproximadamente, oito mil alunos e alunas treinaram com ele, inclusive na cidade de Bananal. Sobre o racismo em Bananal, o mestre Pretinho informou em entrevista para esta pesquisa que:

Eu noto já há um ano e meio, sabe? Por ser capoeirista, por estar de branco. Eu faço questão de andar de capoeira na cidade. Eu vou ao restaurante, eu gasto na cidade nos dias que eu tô lá e ando de branco, de roupa de capoeira. E esse olhar discriminador, a gente vive percebendo. Entende? E é desse jeito mesmo. A cidade foi estruturada pelos brancos e hoje as atividades que têm matriz africana sofrem esse preconceito. E de uma certa forma passa isso para os alunos. Às vezes sem perceber, os alunos vão vivendo, mas a gente vai tentando quebrar isso. Muitas vezes, eu acho até que é inconsciente, que vai passando de família em família. Têm pessoas que vivem uma coisa que não são delas, são dos ancestrais delas. E eu noto isso dentro de Bananal.

A afirmação do Mestre Pretinho, sobre o racismo na cidade, apresenta as consequências das mais diversas ações coloniais ainda mantidas no município, em especial, quando ele afirma ser algo que é passado entre as mais diversas gerações, como sendo algo inconsciente.

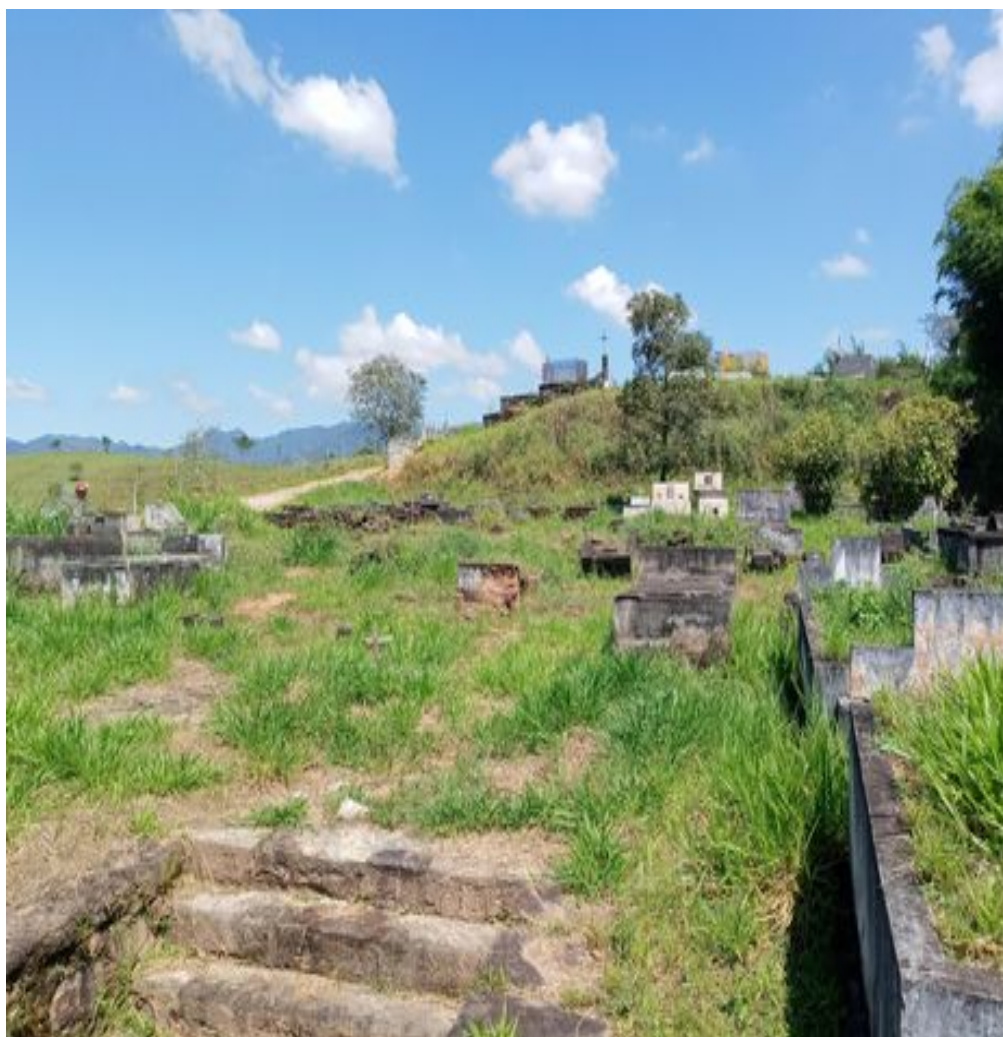
Como exemplo direto dessas consequências, há a fundamentação para o projeto de Lei Complementar 003, de 24/03/2022, conforme anexo II, em que o prefeito da cidade acredita que erigir três bustos de personalidades não negras, numa cidade repleta de homenagens aos brancos, mesmo sendo torturadores de outros seres humanos, é uma “forma de propiciar o conhecimento para a população de um pouco da história da cidade”.

A história da cidade não precisa se manter nas covardes práticas coloniais. Enxergar os diversos participantes da história da cidade, dar visibilidade a eles e corrigir as distorções sociais seria o mínimo necessário para uma sociedade mais equilibrada socialmente.

Nesse mesmo caminho, estão os espaços de despedidas físicas das pessoas. Os cemitérios de Bananal seguem o caminho de exclusão e abandono para os mais vulneráveis economicamente. O poder público oferece cuidado e apreço para o cemitério central, que fica em local plano, próximo da sede da prefeitura e onde estão as famílias mais abastadas da cidade, majoritariamente compostas por brancos(as).

Já os cemitérios destinados majoritariamente a negros e indígenas não possuem tratamento periódico do poder público, sendo comum a destruição ou ausência de estruturas de alvenaria e o excesso de mato. Além disso, o deslocamento para esses espaços gera empecilho, pois um encontra-se em local mais distantes do centro da cidade, cerca de 4 quilômetros, enquanto o outro está no alto de um morro, em rua que fica atrás da igreja da matriz.

Imagem 21 - Cemitério Bom Jesus



Fonte: Foto tirada pelo autor em 17/03/2022.

Imagem 22 - Cemitério Bom Jesus



Fonte: Foto tirada pelo autor em 17/03/2022.

Imagem 23 - Cemitério São José do Retiro



Fonte: Foto tirada pelo autor em 17/03/2022.

Imagem 24 - Cemitério São José do Retiro



Fonte: Foto tirada pelo autor em 17/03/2022.

Em situação contrária aos cemitérios abandonados pelo poder público, encontra-se o espaço em que estão enterradas as pessoas vindas das famílias mais abastadas da cidade, inclusive com os túmulos dos barões do café e seus familiares. Além de estar próximo do casarão Aguiar Valim e ao lado da Secretaria de Educação, o cemitério central recebe mais cuidados do poder público que muitas escolas e praças do próprio município. Com relação aos outros cemitérios da cidade, a discrepância é muito significativa.

Imagem 25 - Cemitério da Santa Casa



Fonte: Foto tirada pelo autor em 02/09/2022.

Imagem 26 - Cemitério da Santa Casa



Fonte: Foto tirada pelo autor em 02/09/2022.

Imagem 27 - Cemitério da Santa Casa



Fonte: Foto tirada pelo autor em 02/09/2022.

1.5 População negra na cidade montada pelos brancos

Ao longo das entrevistas, os momentos mais emotivos foram quando os entrevistados, que são negros, responderam à pergunta sobre como é morar na cidade montada pelos brancos. Todos os entrevistados pararam, emocionaram-se e encontraram forças para também responder ao questionamento. Evidentemente que morar numa cidade preconceituosa não é tarefa para qualquer pessoa. Conforme o entrevistado Heleno Donizete,

Eu sobrevivo com outras pessoas pretas. Sobreviver dentro desse espaço é estar construindo quilombo e aquilombamento dentro do meu trabalho. Se não é estando com os meus e compartilhando essas angústias, compartilhando esses incômodos, compartilhando essas violências, eu não tenho força para voltar no dia seguinte. Então, por isso que é muito mais fácil eu responder de um ponto de vista macropolítico. De como que eu faço e como que eu sobrevivo nesse espaço, tempo.

Em entrevista, após o questionamento sobre a população negra da cidade se autoidentificar como negro(a), o psicólogo Heleno Donizete informou que, em formulário de acolhimento da área de saúde mental da Secretaria de Saúde, uma das perguntas é sobre a cor da pele e são poucas as pessoas que se consideram negras.

Pretas eu escutei de duas pessoas até hoje. Tendo, sei lá, 200 ou 250 prontuários. E normalmente nem o parda chega. Normalmente elas falam morena, né? Então isso reflete muito forte, porque se uma população não sabe de onde vem, ou se não se reconhece como tal, como que a gente consegue discutir que elas são vítimas de racismo? O processo que eu visualizo, assim, é que muitas vezes, enquanto profissional, tem que ter muito tato para olhar essas questões, para não continuar e sustentar mais o nível de violência. Porque primeiro eu preciso me reconhecer como tal, para aí a gente entender quais são os níveis de violência que atravessam esse corpo.

Na área da saúde mental, há uma grande quantidade de pessoas com síndrome do pânico em Bananal. De acordo com informação do psicólogo Heleno Donizete, “cl clinicamente, em pelo menos 60% dos casos, os sintomas têm início a partir de violências raciais”, o que marca efetivamente o povo negro da cidade nos dias atuais.

Não se autoidentificar como negro é mais uma consequência dos inúmeros atos de violência vividos pelos(as) negros(as) na sociedade brasileira ao longo das últimas gerações, assim como negar ou não demonstrar interesse nas práticas culturais com raízes afrodescendentes.

No que se refere à representatividade cultural na cidade, o psicólogo Heleno Donizete afirma que:

Pensando um pouco mais nessa questão da cultura na cidade, o que a gente consegue apontar é que até a década de 90, mais ou menos, a gente tinha grandes rodas de jongo na cidade. Lá no bairro da Vila, tinha uma roda e tinha encontros domingo, passavam à noite lá e isso se perdeu com o tempo. Para mim, tem muito a ver com esse processo de racialização que é próprio, porque quando a gente pergunta para as pessoas mais antigas: Por que esse quilombo acabou? O que elas dizem é que não teve nenhum líder para continuar. Enquanto os líderes iam morrendo, os filhos e os netos não se reconheciam, por isso não sustentavam esse espaço. Então, por isso que eu vou sempre assumir essa questão de pontos de vista micropolíticos e macropolíticos. Eu acho que do ponto macropolítico é muito importante a gente entender a estrutura de poder que a gente está na cidade, para que a angústia não fique individualizada, mas do ponto de vista micropolítico é entender como que a gente atua, apesar de toda essa estrutura de sociedade que é extremamente racista, que é bastante colonial, eurocêntrica, e com recorte de gênero.

Sobre essa mesma temática, a vereadora Erika Affonso corrobora com a citação acima e informa que:

Criei o projeto de ser feriado (municipal) no dia 20 de novembro. A consciência negra não para ser só um feriado, para as pessoas descansarem, viajarem. Enfim, era para realmente se fazer um trabalho voltado ao resgate da cultura afro do município, entendeu?

Mas, infelizmente, até agora não tenho conseguido apoio. Conversei, inclusive, ontem, com o padre, porque nós temos aqui a Igreja do Rosário. E a Igreja do Rosário, a Santa, ela é protetora dos pretos. E conversei com ele. A gente está fazendo uma procissão. Estou conversando com o pessoal do município de Cunha, para a gente estar trazendo uma congada, porque isso tudo tinha no município, mas como nunca teve incentivo, foi se perdendo. Para as gerações futuras, não foram dados os incentivos. Então, não teve seguimento. Então, eu tenho esse desejo e eu acho que Bananal deve isso. Eu acho que é uma questão de uma dívida que se deve ser retratada, entendeu?

O jongo, a congada, a folia de reis, a capoeira e o samba foram importantes práticas de resistência cultural da população afrodescendente em Bananal, porém, conforme informado pelos entrevistados, muitas dessas práticas culturais foram desaparecendo com o passar dos anos.

A capoeira é um exemplo da resistência das práticas afrodescendentes na cidade. Além disso, gera um grande interesse aos moradores bananalenses mais jovens. O mestre Pretinho Rocha, que trabalha há 1 ano e meio na escola Zenóbia de Paula Ferreira, em Bananal, gravou a música No Terreiro da Fazenda, disponível no canal do Youtube Pretinho Rocha,

<https://www.youtube.com/watch?v=D2Z6NvYcquc> , que retrata um pouco do passado do afrodescendente na cidade, em especial nas fazendas de café.

NO TERREIRO DA FAZENDA

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

Por ali passou Zumbi
Pai José e preta Bá
O vento soprou o galho
Ele tá querendo me falar

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

Embaixo do casarão
É lugar de aprisionar
O negro que era escravo
Para a casa se esquentar

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

A senzala se acabou
Tronco não existe mais
Só um pé de jequitibá
Que me faz voltar no tempo atrás

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

Sinhozinho anda calado
Não consegue mais dormir
De olhar para a fazenda
E ela não pode mais produzir

No terreiro da fazenda
Tem um pé de jequitibá
Do tempo da escravidão
Ah se ele pudesse falar

De acordo com informação obtida em entrevista para esta pesquisa, mestre Pretinho elaborou a letra da música No Terreiro da Fazenda na senzala da Fazenda dos Coqueiros:

Foi esse objetivo de ir a Bananal até uma senzala, levar os meus alunos até uma senzala para conhecer e viver durante um dia o que os negros passaram. Descobrimos muita coisa. Na ocasião que eu fiz a música, o dono da fazenda ainda estava vivo e, quando eu cantei a música para ele, ele chorou dentro da casa. Eu fico arrepiado de interpretar que quem esquentava a casa eram os negros que ficavam presos debaixo. A gente fez uma coisa muito forte... A história é muito forte, sabe?

Imagem 28 - Espaço abaixo do piso da casa principal na Fazenda dos Coqueiros em que os escravizados eram mantidos para aquecer a família dos brancos



Fonte: Fotografia tirada pelo autor em 11/05/2023.

Conforme lembrou o Mestre Pretinho, os escravizados na Fazenda dos Coqueiros eram mantidos presos na parte de baixo da casa principal para esquentar a temperatura para os brancos.

Ressignificar as histórias da região e mostrar o que o povo oprimido sofreu é mais uma forma de resistência, além de preponderante para diminuir as práticas do racismo. Dessa forma, o psicólogo Heleno Donizete, conforme entrevista para esta dissertação, aponta para a necessidade do aquilombamento:

Então, para mim pensar aquilombamento é pensar em primeiro espaço. A gente está falando sobre espaço de acolhimento para a população que foi escravizada, que tinha um contexto territorial, onde precisavam fazer de terra de chão batido, com os canaviais em volta, para que não conseguisse se ver de cima. Que espaços que eram esses? Era o espaço de cuidado tanto do corpo como da alma. Então era o espaço de produção, de cura, não só das doenças físicas, das chicotadas, da cachaça para amenizar a dor, mas principalmente era o espaço de encontro. Então, quando eu trago esse termo hoje gera muita coisa. Eu gosto muito de ir bem devagarzinho. Para a atualidade, é estar pensando quais são os espaços de acolhimento de pessoas pretas na cidade. E por que esses espaços não existem mais, sabe? Então, do mesmo jeito que pensar na roda de jongo, pensar na capoeira, é de estar construindo espaços de acolhimento. Basicamente é isso, acolhimento. Aquilombamento tem a ver com acolhimento.

O distanciamento das práticas culturais de raízes africanas da população bananalense na atualidade traduz um enorme desafio para a manutenção de tão importante fator histórico. De todas as práticas, somente a capoeira possui maior aceitação e participação, em especial, dos mais jovens, o que contribui para a perpetuação da atividade ao longo dos próximos anos.

CAPÍTULO II - Ambiente escolar: Reflexo direto do privilégio branco

A educação pública bananalense, espaço em que estão os jovens mais pobres economicamente da cidade, possui enorme importância na manutenção ou na ruptura das práticas segregadoras, principalmente, na submissão da maior parte da população para a continuação das ações coloniais.

Conforme Rufino (2021),

No Brasil, a educação escolar comeu na gamela da colonização, foi investida para perpetuar as dimensões de saber e poder do modelo dominante. A catequese operou como escola, e a escolarização da colônia pela metrópole plasmou um currículo que não é restrito aos herdeiros do seu protetorado. Pelo contrário, seu conteúdo está em todos os lugares e em diferentes bocas, disseminando as linguagens que sustentam o padrão de existência que divide o mundo em opressores e oprimidos, colonizadores e colonizados. Vivemos em um país blindado pela égide do Estado colonial, com o racismo, a escravidão, o patriarcado, a grilagem e o furto como motores do acúmulo econômico que se concentra em uma parcela ínfima de sua população (Rufino, 2021, p. 60).

Para identificar as características da educação da cidade, neste segundo capítulo, são apresentados os dados coletados durante esta pesquisa. Foram analisadas as notas de 357 alunos e alunas com respectivas referências étnico-raciais, quando havia informação sobre as características étnico-raciais, de duas escolas do segundo ciclo de ensino fundamental do município. Somente três escolas públicas possuem o segundo ciclo do ensino fundamental, duas urbanas e uma rural, foram analisadas as notas de uma escola urbana e de uma escola rural.

Além disso, a partir de entrevistas com perguntas abertas aos professores e às professoras, pelo uso de questionário com perguntas fechadas aos alunos e às alunas, pela análise dos projetos político-pedagógicos e pela análise do planejamento semestral das aulas do primeiro semestre de 2022, pode-se avaliar características da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, nas três escolas de anos finais de ensino fundamental público do município, e seus reflexos para o interesse dos alunos e das alunas.

De acordo com Santos (2005),

No início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros, reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil, alterou a Lei na 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional), sancionando a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (Santos, 2005. p.32).

Tendo em vista a importância da Lei 10.639/03 na luta antirracista no Brasil, ao longo deste segundo capítulo, serão discutidos os resultados dos elementos identificados nesta pesquisa que possuem referência direta com legislação citada.

2.1 - Análise de notas

Ao longo do primeiro semestre de 2022, realizei o levantamento das notas dos alunos e das alunas de duas escolas de segundo ciclo (6º ano ao 9º ano) da rede municipal de Bananal, fazendo a relação direta com as características étnico-raciais dos/das estudantes.

Como base referencial de análise, foi utilizado o ano letivo de 2021, que apresentou características diferenciadas em razão da pandemia de COVID-19, logo nem todos(as) os/as alunos(as) frequentaram a escola e realizaram as atividades escolares regulares de forma presencial.

A primeira escola a ter os dados pesquisados foi a EMEIF Joaquim Francisco de Paula, localizada no distrito de Rancho Grande, único distrito da cidade, distante 17 quilômetros, aproximadamente, do centro, área urbana, da cidade de Bananal. A escola apresenta turmas com número reduzido de estudantes no segundo ciclo do ensino fundamental por esse motivo as análises aqui apresentadas foram mais detalhadas. Para o período analisado, eram 8 alunos(as) no sexto ano, 14 alunos(as) no sétimo ano, 11 alunos(as) no oitavo ano e 13 alunos(as) no nono ano.

A unidade escolar não possuía a característica étnico-racial na ficha cadastral de cada estudante. Para análise proposta nesta pesquisa, a diretora da escola prontificou-se a informar nominalmente quais os/as estudantes eram preto(a)s e pardo(a)s, com base nas condições fenotípicas percebidas pela diretora. Evidentemente que tal situação, inesperada por mim, compromete o resultado desta parte da pesquisa, pois não houve a autoidentificação racial, mas a identificação de diversos alunos e alunas a partir do olhar e dos referenciais da gestora da escola.

A ausência do preenchimento sobre a característica racial na ficha cadastral dos(as) estudantes reflete a pequena ou inexistente preocupação sobre as relações étnico-raciais na escola, no distrito do Rancho Grande e, por consequência, no município.

Com base no que foi exposto, seguem as informações sobre as notas (médias anuais finais) dos(as) discentes para o ano de 2021 da EMEIF Joaquim Francisco de Paula.

6º ANO- 8 aluno(a)s, sendo 3 preto(a)s ou pardo(a)s. No ano em questão, nenhum aluno(a) ficou com média anual final abaixo de 5,0.

7º ANO- 14 aluno(a)s, sendo 8 preto(a)s ou pardo(a)s. No ano de 2021, 3 alunos ficaram com médias anuais abaixo de 5,0, nos quais 2 branco(a)s e 1 preto(a) ou pardo(a).

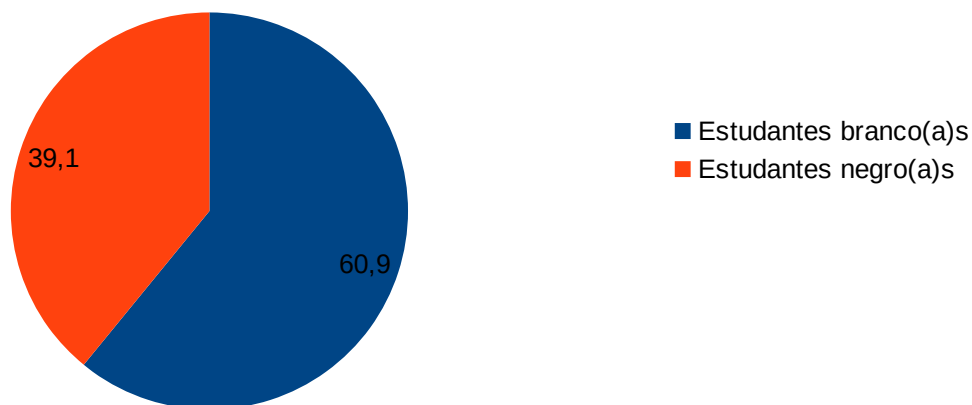
8º ANO- 11 aluno(a)s, sendo 3 preto(a)s ou pardo(a)s. Dois aluno(a)s ficaram com médias abaixo de 5,0, nos quais os 2 são preto(a)s ou pardo(a)s.

9º ANO- 13 aluno(a)s, sendo 4 preto(a)s ou pardo(a)s. Três alunos ficaram com médias anuais abaixo de 5,0, no qual 1 aluno(a) é preto(a) ou pardo(a).

Inicialmente, considera-se o total de 46 aluno(a)s matriculado(a)s na escola para o segundo ciclo do ensino fundamental em 2021. Desses 46, 18 estudantes são preto(a)s ou pardo(a)s, portanto 39,1% do total. Ao analisar todo(a)s o(a)s discentes que ficaram com média abaixo de 5,0 em 2021, encontra-se o total de 8 estudantes, sendo 4 negro(a)s, 50% de toda escola.

Gráfico 9

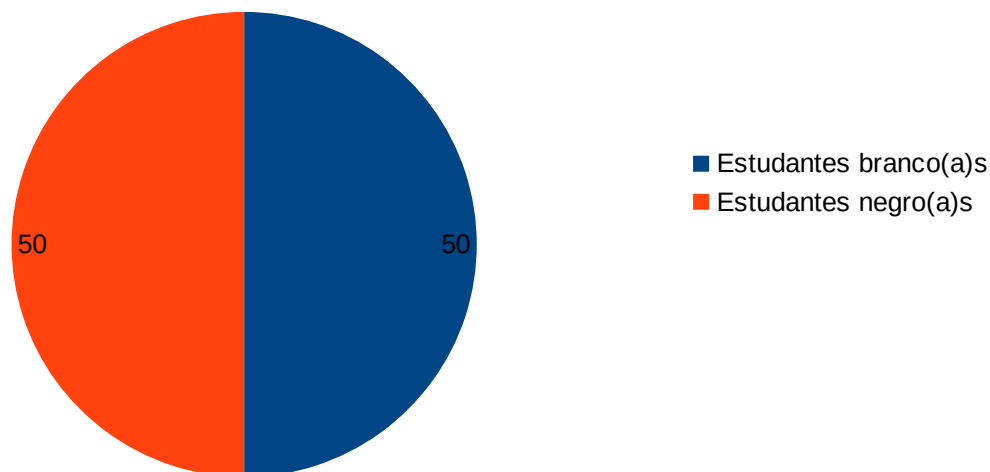
Percentual de estudantes - características étnico-raciais (6º ano ao 9º ano) em 2021



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das informações da unidade escolar.

Gráfico 10

Estudantes (08) com médias anuais abaixo de 5,0 - características étnico-raciais



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das informações da unidade escolar.

Percebe-se que ao analisar os indicadores, somente os números consolidados, os rendimentos dos estudantes preto(a)s e pardo(a)s são inferiores às médias anuais dos aluno(a)s branco(a)s. Mesmo tendo uma quantidade inferior de estudantes negro(a)s na escola, as notas mais baixas eram de aluno(a)s negro(a)s nas turmas do 7º ano, do 8º ano e do 9º ano. Na turma do 6º ano, as notas mais baixas ficaram divididas entre as diferentes características étnico-raciais.

Por outro lado, analisando o(a)s discentes com melhores rendimentos (notas mais altas) nas turmas, identifica-se, conforme as médias em resultado final anual, que nas turmas de 6º ano e de 8º ano as notas mais elevadas foram somente de aluno(a)s branco(a)s. Já na turma de 7º ano, as melhores notas eram de aluno(a)s branco(a)s, com exceção para duas alunas negras estavam entre as maiores notas. Na turma de 9º ano, as maiores notas eram de aluno(a)s branco(a)s, tendo como exceção uma estudante negra.

Escola José Luiz Ferreira Guimarães

A EMEIF José Luiz Ferreira Guimarães é a maior unidade escolar de 6º ano ao 9º ano da cidade, possuía 311 aluno(a)s matriculado(a)s em 2021. Localiza-se próxima da região central, fazendo parte da área urbana de Bananal, porém recebe aluno(a)s de diversas regiões

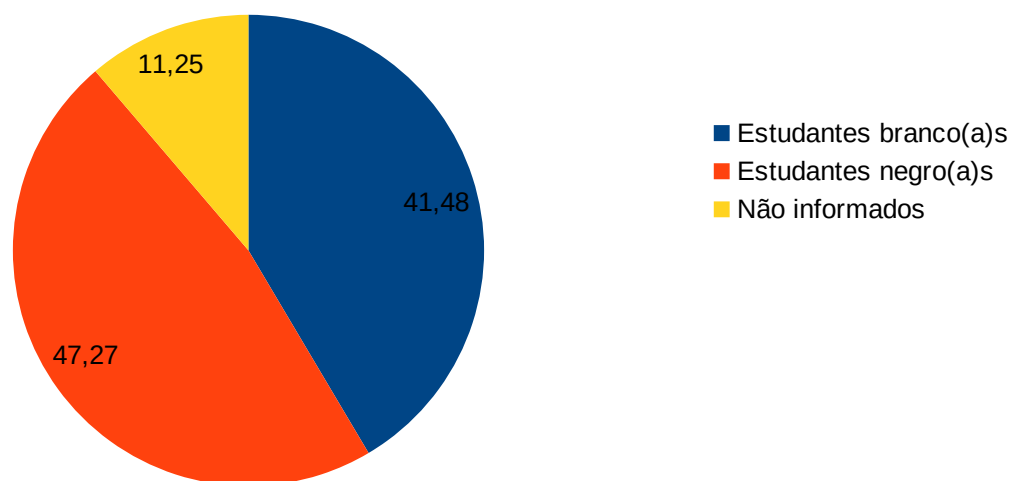
do município, inclusive das áreas rurais. O espaço escolar é dividido com a única escola estadual, Escola Estadual Visconde de São Laurindo, o que faz com que restem poucas salas de aula para o ensino vespertino (atualmente, são 3 salas).

Assim como na escola EMEIF Joaquim Francisco de Paula, o período analisado foi o ano letivo de 2021. Existiam, no período citado, 3 turmas de sexto ano com 81 alunos(as) no total (35 branco(a)s, 26 preto(a)s ou pardo(a)s e 20 não informados); 82 alunos(as) no sétimo ano (29 branco(a)s, 47 preto(a)s ou pardo(a)s e 6 não informados), que estavam distribuídos em 3 turmas; 4 turmas de oitavo ano com 79 alunos(as) no total (39 branco(a)s, 35 preto(a)s ou pardo(a)s e 5 não informados); e 69 alunos(as) no nono ano (26 branco(a)s, 39 preto(a)s ou pardo(a)s e 4 não informados) distribuídos em 3 turmas.

Cabe ressaltar que alguns/algumas aluno(a)s não possuíam a característica étnico-racial nos cadastros, logo esse(a)s aluno(a)s constam como “não informados” nesta pesquisa. Além disso, informa-se que os valores percentuais são aproximados.

Gráfico 11

Percentual de estudantes - características étnico-raciais (6º ano ao 9º ano) em 2021



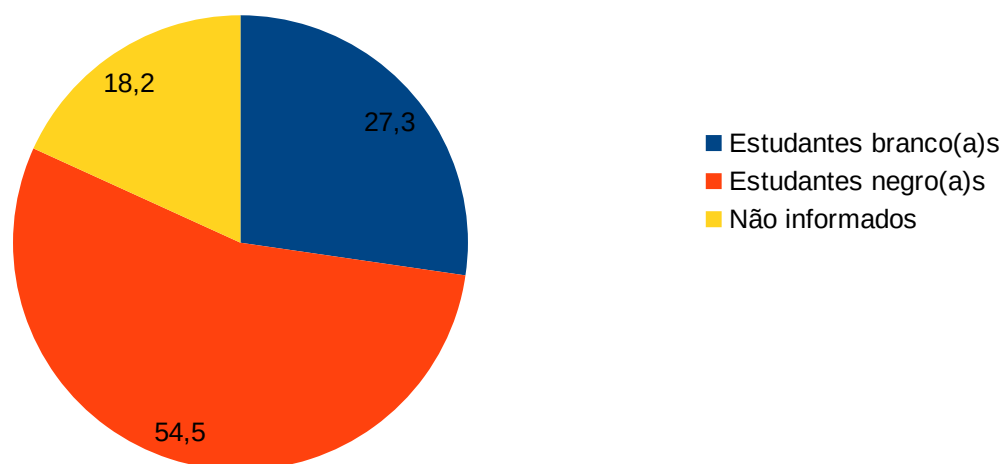
Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das informações da unidade escolar.

Ao finalizar o ano letivo de 2021, identificou-se a existência de 22 alunos com média insuficiente, abaixo de 5,0, para a progressão à série seguinte. Do total informado, 5 aluno(a)s foram considerados reprovados no sexto ano, sendo 1 negro(a), 1 branco(a) e 3 não

identificados; no sétimo ano, ocorreu a reprovação de 5 estudantes, sendo 4 negro(a)s e 1 branco(a); foram reprovados 6 alunos no oitavo ano, sendo 3 negro(a)s e 3 branco(a)s; no nono ano, ficaram retidos 6 estudantes, dos quais 4 são negro(a)s, 1 branco(a) e 1 não identificado.

Gráfico 12

Percentual de estudantes reprovados - características étnico-raciais (6º ano ao 9º ano) em 2021



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das informações da unidade escolar.

Considerando o total de 311 aluno(a)s matriculado(a)s na escola para o segundo ciclo do ensino fundamental em 2021, havia 147 estudantes negro(a)s, portanto 47,27% do total. No entanto, ao analisar todo(a)s o(a)s discentes que ficaram com média abaixo de 5,0 em 2021, encontra-se o total de 22 estudantes, sendo 12 negro(a)s, 54,54% de toda escola.

Em consonância com os dados acima apresentados e o prejuízo evidente à população estudantil negra, pode-se citar Munanga, pois:

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (Munanga, 2005, p. 16).

Após análise dos resultados dos(as) estudantes, percebe-se a necessidade da implantação ampla e efetiva de políticas públicas direcionadas às relações étnico-raciais, para

reverter o cenário. A aplicação da Lei 10.639/03 no município estudado potencializaria a aprendizagem dos estudantes afrodescendentes e ofereceria condições pedagógicas menos desiguais aos alunos negros e às alunas negras que, conforme se observa nos resultados anuais, possuem percentuais mais baixos de rendimento nas escolas públicas analisadas de Bananal.

2.2 – Entrevistas na área da educação

Ao longo do ano de 2023, foram realizadas seis entrevistas, gravadas em áudio, com professores e professoras de diversas áreas do conhecimento da rede pública municipal de educação. Foram ouvidos docentes das três escolas que atendem do sexto ano ao nono ano do ensino fundamental no município. As entrevistas foram realizadas, num primeiro momento, com perguntas abertas sobre a estrutura escolar municipal e, num segundo momento, direcionadas para a temática das relações étnico-raciais no ambiente educacional do município.

Os/As profissionais da educação estão mantidos como anônimos e representados por nomes africanos com o intuito de preservá-los de qualquer retaliação da Prefeitura pelas informações prestadas. Percebe-se que, em espaços viciados pelo autoritarismo e pelas atitudes violentas, é mais fácil punir os que questionam a existência de inadequações ao invés de corrigir os desvios.

Sobre a estrutura educacional municipal, as respostas dos professores apontam para dificuldades na composição de determinadas turmas que possuem uma grande quantidade de alunos(as), algumas com 35 estudantes, incluindo discentes com necessidades especiais e sem profissionais especializados para auxiliá-los. Os profissionais relatam que as salas de aula não possuem tratamento térmico, o que as deixa extremamente quentes no verão e insuportavelmente frias no inverno, além de muita umidade e até mofo em determinadas salas.

Alegam que o/a profissional da educação não é valorizado pela Prefeitura, que por anos não paga nem o piso salarial e não realiza qualquer política de valorização profissional, o que faz com que ocorra uma considerável rotatividade entre os docentes, principalmente, em virtude da exoneração dos professores que não moram em Bananal por conseguirem aprovação em concursos de outras prefeituras que oferecem melhores condições de trabalho.

O piso salarial do magistério, Lei nº 11.738/2008, é fundamental para garantir remuneração adequada aos/as docentes. Não se pode pensar em qualidade de ensino em local que não remunera satisfatoriamente os/as profissionais da educação. Vale lembrar que o piso é o mínimo valor a ser pago aos professores e às professoras, todavia alguns gestores públicos tratam o piso como se fosse valor máximo a ser pago. É válido pensar que essa alteração no valor mínimo a ser pago ocorre de maneira proposital para continuar com a precarização da área educacional, com o controle mais fácil da população, além de contribuir para manutenção da pobreza, da marginalização e das desigualdades sociais.

Como reflexo das exonerações e do adoecimento dos/das docentes pelas precárias condições de trabalho, as escolas do município possuem uma grande quantidade de aulas vagas e/ou com a presença de professores substitutos, o que compromete significativamente a continuidade das atividades pedagógicas. Sobre a desvalorização profissional, o professor Ajene informou que:

O problema está no interesse em preservar os amigos e os parentes nas escolas. O cargo (professor) deve ser ocupado por concurso público, mas se os professores vão embora, eles contratam como eventual, como temporário, quem eles querem. Os temporários não reclamam, não lutam por carreira, não possuem vínculo real. Se os temporários começarem a criar problemas, eles trocam por alguém que vai fazer sem questionar o que a direção da escola e a Prefeitura mandam. Deixar o trabalho dos professores precário também é uma forma de manter a estrutura de dominação aqui.

Especificamente sobre a Lei 10.639, a metade dos entrevistados conhecia a legislação, porém sem qualquer orientação dada pelos órgãos gestores de Bananal. Além disso, todos relataram que a Lei não é amplamente aplicada nas escolas municipais. Nessa perspectiva, a professor Ndidi disse:

Então, o problema é que a Lei 10.639 não é aplicada. Então, se fosse algo que tivesse sido levado na prática escolar, eu acho que poderia ajudar nas relações entre os alunos e a evitar muitos problemas na sociedade. O problema é que a gente não vê muito aqui na escola. Falta aplicabilidade da Lei.

Os/As profissionais informaram que não há qualquer orientação da Secretaria de Educação e das coordenações pedagógicas das escolas para a efetividade da Lei que completou vinte anos em 2023, entretanto ações individuais foram identificadas para que a história e a cultura afrodescendentes fossem apresentadas aos alunos e às alunas. A professora

Jaha lembrou que houve uma tentativa da Secretaria de Educação há dois anos em criar um material mais alinhado com a história afrodescendente:

Então, ao longo de muito tempo, essa lei não era tratada, não era também vinculada às práticas pedagógicas, não tinha nada. Nada voltado para isso com efetividade. Mas aí há pouco tempo, recentemente, houve um movimento, para tentar apresentar um material que pudesse abrir, talvez, um pequeno diálogo sobre a efetividade da lei no trabalho docente. Há dois anos, mais ou menos, houve um passo lento, gradativo, mas nada tão profundo ou que tivesse uma continuidade também. Então, é apresentada uma forma, um material didático, que faz um resgate sobre a história da cidade, mas também não há uma continuidade, não há continuidade desse trabalho.

As DCNERER- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004), apresentam que:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (BRASIL, 2004, p. 10).

No que tange às condições materiais das escolas de Bananal, conforme já informado nesta pesquisa, e de formação de professores do município, percebe-se um distanciamento significativo da prática do cotidiano escolar municipal e o que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para a existência de uma educação de qualidade.

Os/As professores(as) foram unânimes em afirmar que a representatividade negra é trabalhada com mais ênfase nos espaços educacionais públicos do município somente no mês da consciência negra, mas reforçaram que, mesmo apenas no mês de novembro, são atitudes individuais dos(as) docentes que traduzem em resultados para os estudantes. Conforme a professora Jaha, sobre a representatividade negra:

Poderia ser trabalhado mais, com mais profundidade. Mudar essa prática que está muito voltada para o 20 de novembro, como se nesse período tivesse que se programar algum trabalho, falar sobre o tema, mas muito recorrente na data, não como o dia a dia ou como algo maior, com mais importância.

A metade dos professores relatou a forte resistência de alguns docentes para tratar a temática racial, inclusive no mês da consciência negra. De acordo com os entrevistados, os docentes que não querem trabalhar a temática não fazem e não recebem nenhum tipo de questionamento por parte da coordenação e da direção. De acordo com Pereira (2013),

Sempre houve e continua havendo educadores que se escondem-omitem-rejeitam enfrentar o preconceito e a discriminação racial no cotidiano escolar. Assim como sempre houve (e cada vez mais!) os-as que demandavam informações e cursos a respeito desses temas (Pereira, 2013, p. 2).

Houve unanimidade dos professores ao relacionar os livros didáticos e paradidáticos trabalhados no município com as características eurocêtricas. O professor Ajene disse que:

A maioria dos livros didáticos e paradidáticos são histórias de brancos, contadas por brancos e para a aceitação de toda população. Os professores, que são brancos na maior parte, seguem as aulas e os materiais que eles já conhecem por décadas. Isso é terrível! Isso distancia cada vez mais os alunos que são questionadores e vivem numa época em que as informações estão na palma da mão.

Como obra já apresentada nesta dissertação, o livro *Bananal Terra dos Barões do Café* foi citado por dois dos professores como exemplo de obra com características eurocêtricas. O professor Ayubu informou que:

As pessoas mais antigas trabalham com a história elitizada. Acredito que os mais jovens e os novos profissionais que estão surgindo têm essa noção da importância do negro para a história. Ele foi um livro popular, mas evidenciou muito a questão elitizada, tanto que do negro pouco se fala. As pessoas mais novas estão tendo um novo olhar, a importância da cultura negra para Bananal. Bananal é o que é hoje graças aos negros que vieram para cá.

O apagamento dos negros e indígenas nas obras com viés eurocêntrico reforça o preconceito racial já tão marcante na cidade de Bananal. A discriminação racial foi identificada pela metade dos docentes como prática recorrente entre os alunos e as alunas durante as aulas no município. O professor Amani relatou que:

Eu já percebi sim, de um aluno mudar o tipo de comportamento. Você percebe que ele se sente agredido e ele tenta se defender à sua maneira. E assim, às vezes, a gente intervindo e conversando, mas você vê que é uma

coisa que enquanto a gente está ali na sala, a gente ainda tem o controle, né? Mas a gente não tem o controle depois, quando sai da escola, a gente não sabe o que esse aluno passa com seus colegas, né? E sempre que eu percebi, eu tentei intervir. Tento colocar que preconceito racial não é brincadeira, que isso não pode ser trabalhado dessa forma. Então, assim, já presenciei entre eles, entre os colegas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004),

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a se relacionar com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (BRASIL, 2004, p. 12).

Um dos fatores que pode contribuir para a diminuição do racismo na cidade e no país é a efetividade da legislação antirracista, especialmente da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08. No que tange à aplicação da Lei 10.639/03 e os estímulos aos alunos afrodescendentes, a professora Jaha alegou que:

A maior parte dos alunos é negra. A efetividade da Lei 10.639 trabalhada dentro do ambiente escolar de forma real, concreta, no dia a dia, faria uma diferença profunda até de identidade, espaço de reconhecimento, já que grande parte desses alunos conseguiriam se ver dentro das histórias e criar os laços.

A partir das dificuldades apresentadas no município sobre as relações étnico-raciais, todos os docentes afirmaram que é de extrema importância ampliar o debate sobre as questões étnico-raciais e, principalmente, aumentar a discussão e a aplicação da Lei 10.639/03. De acordo com o professor Amani,

Acho que a escola pode promover mais a discussão sobre as relações étnico-raciais, debater através de projetos que contemplem as disciplinas que a gente consiga fazer, envolver, mesmo a escola como um todo. Trabalhar

também, trazer à tona autores negros. Assim, oferecer novos pontos de vistas para as pessoas e influenciar escritores, artistas, tudo isso vai dar uma nova visão para o aluno se sentir que ele é pertencente a um grupo que ele consegue se ver representado em posições de liderança. Então, o que a gente puder fazer para empoderar esse aluno para ele se sensibilizar sabendo do seu lugar, né? Acho que é importante que o aluno consiga se sentir representado. Então, o que a escola puder fazer por isso, através de materiais, apresentar cada vez mais materiais diferentes, projetos, conversas, além da Semana da Consciência Negra, acho que é muito importante, muito válido, você trazer esse tema à tona em qualquer momento do ano letivo.

Ainda sobre a importância do debate das questões étnico-raciais, a professora Ndidi apontou que:

Eu acredito que além de levar a atividade que aborda os diversos grupos, os alunos tendo conhecimento da lei também seria bacana, porque aí é uma coisa que eles conseguem passar pra frente, conseguem dialogar com outros professores e com os responsáveis.

Já a professora Jaha, sobre a importância do debate das questões étnico-raciais, abordou que:

Precisa muito de debate. Cada vez mais por conta da vivência, das questões que são recorrentes em diversos lugares, então é algo que precisa de profundidade e entendimento e que precisa ser discutido com muita frequência.

Após as entrevistas, pode-se perceber que o trabalho docente nas escolas públicas da cidade estudada apresenta desafios que passam pela desvalorização profissional, pelo adoecimento dos docentes que precisam realizar jornadas exaustivas em espaços que não estão efetivamente preparados para o conforto dos professores e dos alunos, pela falta de equipe de suporte, em especial, aos alunos com necessidades especiais, pela necessidade de oferecer aulas mais dinâmicas com pouquíssimos recursos e, principalmente, pela ausência de apoio estrutural para seguir o mínimo exigido pela legislação vigente.

Dos 6 professores(as) entrevistados, 5 informaram que possuem grande aflição com as dificuldades diárias e com a falta de perspectiva para mudanças. As cobranças aos professores são as mais variadas e das diversas direções, porém o fornecimento de condições necessárias para o equilíbrio emocional e físico dos docentes para desempenhar qualificadamente suas funções é algo que fica em plano distante da realidade municipal.

Dessa forma, a manutenção de uma estrutura falha contribui diretamente para uma educação precária, o que continuará a refletir no abismo social e político existente no município.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004),

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola (BRASIL, 2004, p. 13).

Se a Prefeitura Municipal não paga o piso salarial do magistério há anos, o que geraria a valorização docente e a possibilidade dos professores fazerem menos horas extras e terem melhores condições para lecionar aos alunos, que são majoritariamente negros, como esperar que a mesma Prefeitura ofereça condições de treinamento e cobre a implementação efetiva da Lei 10.639/03?

Descolonizar o currículo é fundamental e isso passa pelo fortalecimento dos(as) docentes e das(os) discentes, que precisam do mínimo necessário para seu equilíbrio físico e psicológico. De acordo com Rufino (2021),

A educação como descolonização está implicada a uma política de vida, ou seja, tem seus atos focados em contrariar os ditames da agenda dominante. A educação diz acerca de práticas cotidianas; pertencimentos coletivos; fortalecimento comunitário; ética responsiva; aprendizagens; e circulação de conhecimentos que reposicionem e vitalizem os seres atravessados pela violência colonial. No caso daqueles que fazem parte do consórcio que se beneficia e lucra com esse sistema de violência secular, a educação exerce o papel de interpretá-los, convocá-los a responder com responsabilidade, situá-los nos múltiplos tempos, espaços e narrativas que são sistematicamente subtraídas para a blindagem de seu protetorado (Rufino, 2021, p. 14).

Não valorizar os/as docentes também é uma forma de blindar as práticas coloniais, pois quanto menor o tempo disponível para planejamento e criticidade das ações pedagógicas por parte dos/das professores(as), menor será a possibilidade de repensar as práticas e alterar as ações que por décadas permanecem subjungendo grande parte da população negra e privilegiando uma pequena parcela de brancos.

2.3 – Questionários aos alunos

No mês de maio de 2023, houve tentativas de ouvir as perspectivas dos alunos e das alunas sobre as relações étnico-raciais em grupo focal, contudo as condições acústicas do espaço físico impossibilitaram o entendimento e a consequente transcrição das conversas. Dessa forma, elaborou-se um questionário e apresentou-se aos(as) estudantes para ter o posicionamento da representatividade discente nesta pesquisa, conforme abaixo.

Imagem 29

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

Prezado(a),

Este é um questionário com perguntas fechadas. A partir das respostas informadas, poderemos refletir sobre a realidade da educação pública de Bananal-SP no que tange a implementação da Lei 10.639/03. Contamos com sua participação e, desde já, agradecemos sua importante colaboração na pesquisa em curso.

1- Já ouviu falar e sabe do que trata a Lei 10.639/03?
 Sim Não

2- Existiram grupos de estudos e/ou rodas de leitura para professores(as) sobre este tema?
 Sim Não

3- As(Os) professoras(es) estavam mobilizados para a eliminação de práticas discriminatórias no ambiente escolar?
 Sim Não Em alguns momentos

4- Atitudes preconceituosas ou de discriminação racial eram discutidas e/ou conversadas nas salas de aula?
 Sim Não

5- Os professores receberam formação continuada sobre a história e cultura afro-brasileira, visando apoiar a prática pedagógica juntos às/aos estudantes?
 Sim Não

6- Foram realizadas oficinas, palestras e outras atividades sobre a temática racial com os(as) alunos(as)?
 Sim, raramente. Sim, frequentemente. Não.

7- As atividades escolares (imagens, vídeos e etc.) contemplavam a diversidade étnico-racial?
 Sim, raramente. Sim, frequentemente. Não.

8- Você acredita que a Lei 10.639/03 ajuda a garantir o acesso, a permanência e o sucesso das/dos alunas/os na escola?
 Sim Não

9- Ações preconceituosas já geraram faltas (ausências momentâneas ou abandonos) de alunos(as)?
 Sim Não

10- O preconceito racial é um assunto que ainda precisa ser discutido na unidade escolar?
 Sim Não

Fonte: Questionário elaborado pelo autor.

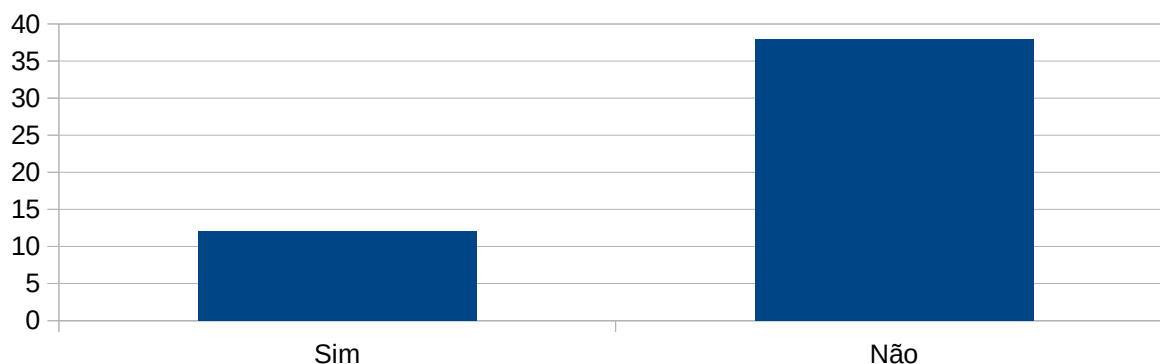
Foram apresentados questionários com 10 perguntas fechadas aos alunos da maior escola municipal de 6º ano ao 9º ano, EMEIF José Luiz Ferreira Guimarães. Quando solicitado pelo(a) aluno(a), a pergunta foi explicada mais detalhadamente, a fim de sanar qualquer dúvida na interpretação do enunciado. Todos os alunos e todas as alunas preencheram os questionários individualmente e de forma não identificada na frente deste pesquisador.

No total, foram cinquenta questionários respondidos por alunos e alunas do oitavo ano e do nono ano, com média de idade entre 13 e 14 anos, com diferentes características étnico-raciais, da escola José Luiz Ferreira Guimarães nos meses maio e junho de 2023.

Para a primeira pergunta, “As(Os) estudantes estavam mobilizados para a eliminação de práticas discriminatórias no ambiente escolar?”, trinta e oito alunos(as) responderam “não” e doze discentes responderam “sim”.

Gráfico 13

As(Os) estudantes estavam mobilizados para a eliminação de práticas discriminatórias no ambiente escolar?



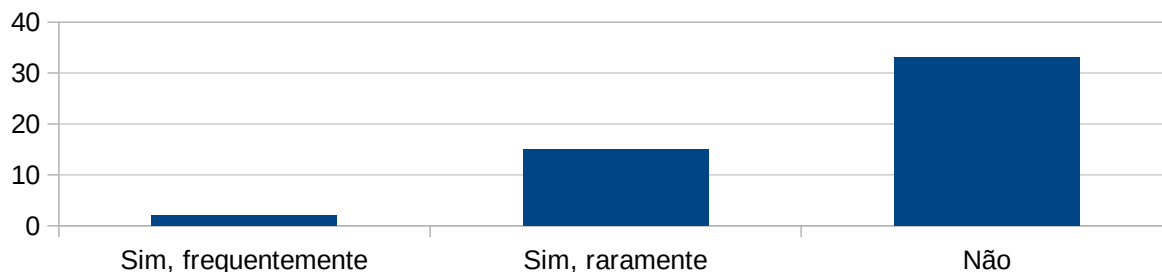
Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Mais de setenta por cento dos(as) estudantes apresentam como resposta a falta de mobilização de seus pares para a eliminação de práticas discriminatórias, o que faz com que se note a hostilidade presente no ambiente escolar. O mais crítico é notar que essa hostilidade não é tratada pelos(as) adultos(as) responsáveis pelos(as) mais jovens.

Na segunda pergunta, “A discriminação racial foi assunto abordado criticamente durante as aulas?”, dois alunos(as) responderam “Sim, frequentemente”, quinze responderam “Sim, raramente” e trinta e três responderam “Não”.

Gráfico 14

A discriminação racial foi assunto abordado criticamente durante as aulas?



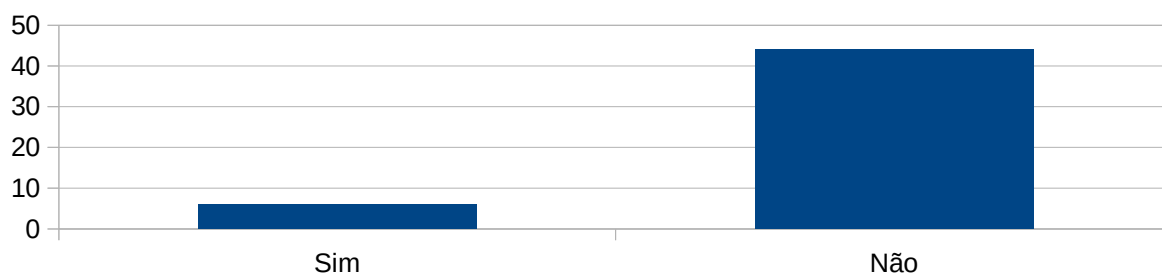
Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Mais de sessenta por cento dos(as) estudantes informaram da ausência do tema discriminação racial, sendo abordado criticamente nas aulas. Além disso, trinta por cento dos(as) alunos(as) responderam ser rara a análise de forma crítica de tema que deveria ser tão relevante para toda a sociedade.

No que se refere à terceira pergunta, “Os (as) alunos(as) já ouviram falar e sabem do que trata a Lei 10.639/03?”, quarenta e quatro alunos(as) responderam que não e somente seis alunos(as) responderam que sim.

Gráfico 15

Os (as) alunos(as) já ouviram falar e sabem do que trata a Lei 10.639/03?

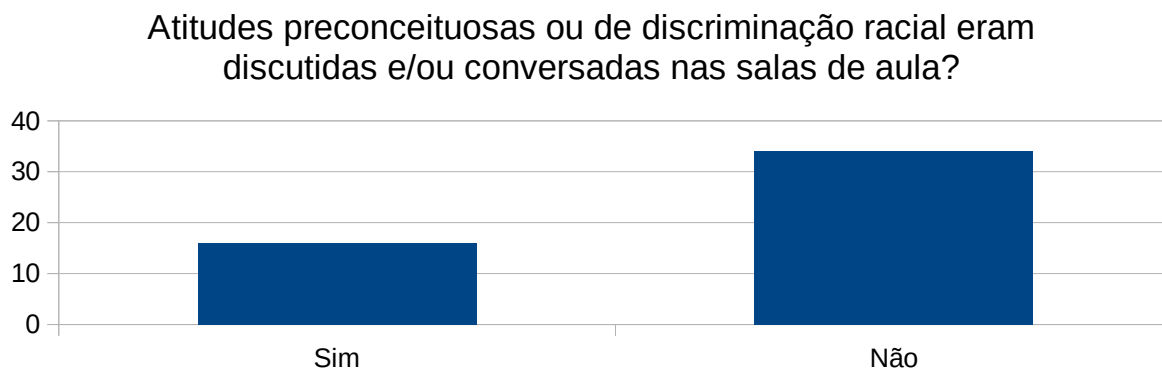


Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Conhecer a Lei 10.639/03 é um importante fator para a conscientização e consequente diminuição nas práticas de discriminação racial, porém, com base nos indicadores das três primeiras perguntas, ficou evidente que a ampla maioria dos alunos e das alunas não possuíram acesso para o estudo da história da África e dos(as) africanos(as), para a luta dos(as) afrodescendentes no Brasil, para a cultura negra brasileira e para o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional.

Para a quarta pergunta, “Atitudes preconceituosas ou de discriminação racial eram discutidas e/ou conversadas nas salas de aula?”, trinta e quatro discentes responderam “Não”; enquanto dezesseis responderam “Sim”.

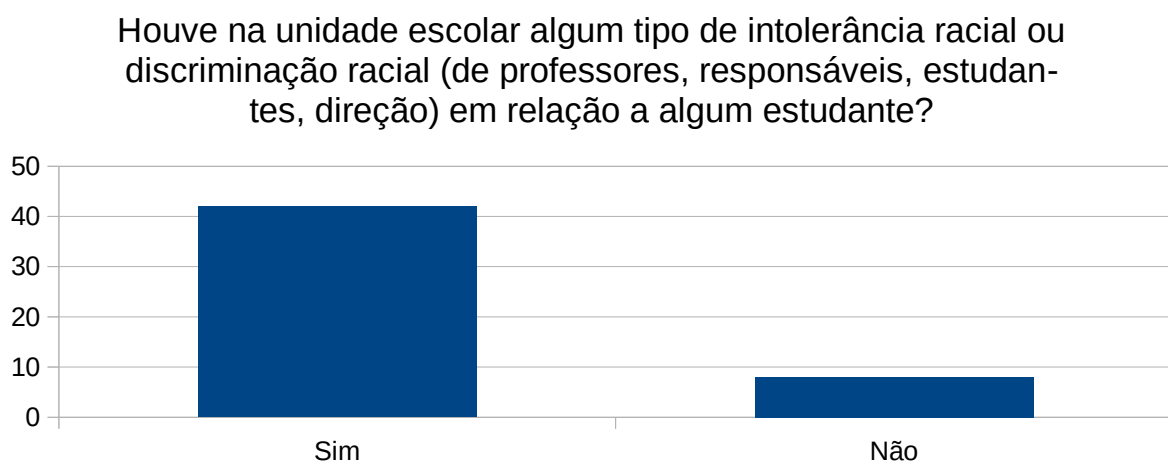
Gráfico 16



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Já no quinto item, “Houve na unidade escolar algum tipo de intolerância racial ou discriminação racial (de professores, responsáveis, estudantes, direção) em relação a algum estudante?”, quarenta e dois estudantes responderam que sim; oito estudantes assinalaram que não.

Gráfico 17



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

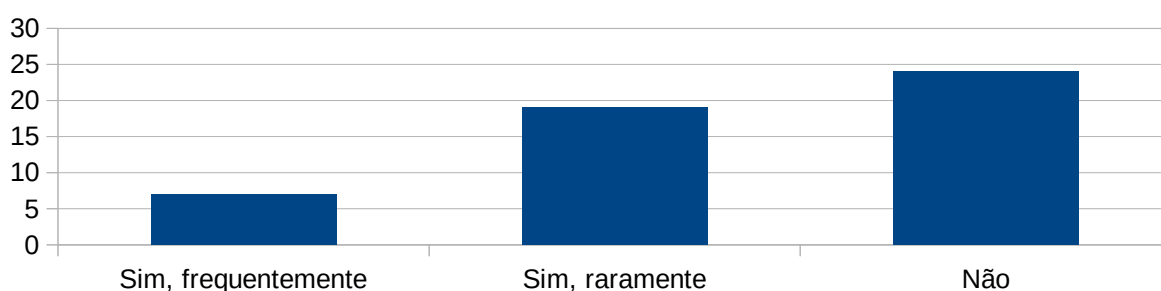
Numa sociedade em que o racismo estrutural está tão enraizado e onde os educadores e as educadoras não percebem ou não querem perceber tal condição racista, as atitudes de preconceito racial são relegadas para plano secundário e sequer são discutidas em sala de aula,

contudo mais de oitenta por cento dos(as) discentes conseguiram identificar tais práticas relacionadas com algum(a) estudante na unidade em que estudam.

Na sexta pergunta, “Foram realizadas oficinas, palestras e outras atividades sobre a temática racial?”, responderam “Sim, raramente” dezenove discentes; assinalaram “Sim, frequentemente” sete alunos(as); vinte e quatro estudantes responderam “Não”.

Gráfico 18

Foram realizadas oficinas, palestras e outras atividades sobre a temática racial?



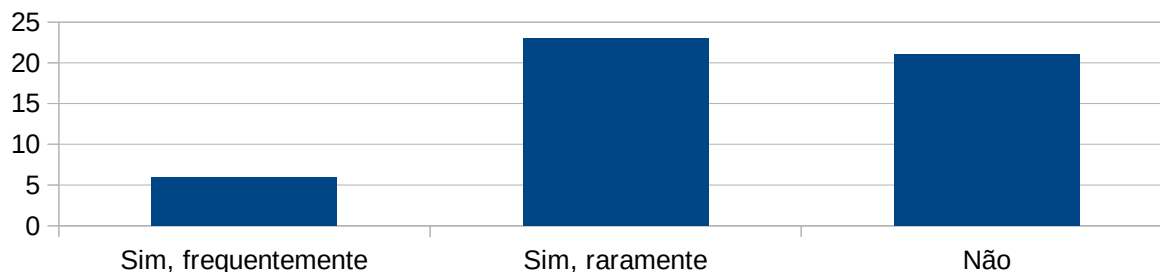
Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Os(As) estudantes que apontaram como frequentes as palestras ou as oficinas sobre as temáticas raciais foram menos de vinte por cento, o que reforça, mais uma vez, o distanciamento das temáticas raciais da ampla maioria das salas de aula do município e confirma as respostas dos(as) professores(as) entrevistados(as), em que as ações sobre as temáticas raciais são meramente individuais na educação da cidade.

Em relação ao sétimo item, “As atividades escolares (imagens, vídeos e etc.) contemplavam a diversidade étnico-racial?”, assinalaram “Sim, raramente” vinte e três estudantes; seis alunos(as) responderam que “Sim, frequentemente”; vinte e um discentes assinalaram “Não”. As respostas dos(as) alunos(as) ao sétimo item, em que somente um pouco mais de dez por cento dos(as) estudantes tiveram atividades escolares que contemplavam a diversidade étnico-racial com frequência, confirmam a ampla hegemonia branca na educação de Bananal.

Gráfico 19

As atividades escolares (imagens, vídeos e etc.) contemplavam a diversidade étnico-racial?

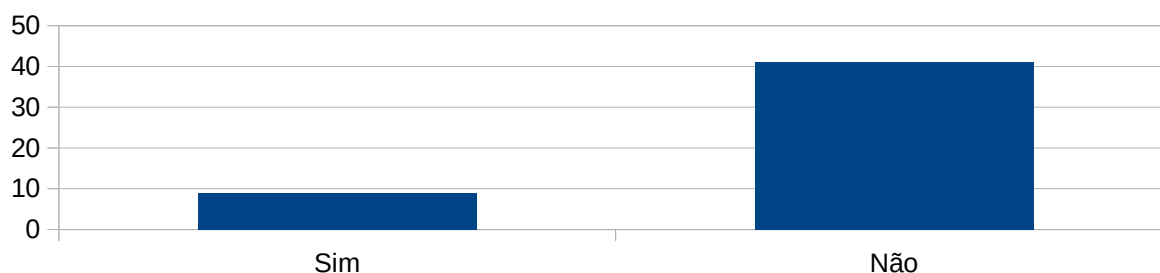


Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

Na oitava pergunta, havia o questionamento sobre a temática racial nas obras literárias adotadas pela escola. Quarenta e um alunos(as) responderam que não, nove estudantes assinalaram que sim. A oitava pergunta possui forte aproximação com o sétimo item questionado aos(as) alunos(as). Da mesma forma, os indicadores das respostas também possuem grande aproximação, tendo em vista que menos de vinte por cento dos(as) estudantes notaram a temática racial nas obras literárias.

Gráfico 20

As obras literárias adotadas pela escola abordavam a temática racial?

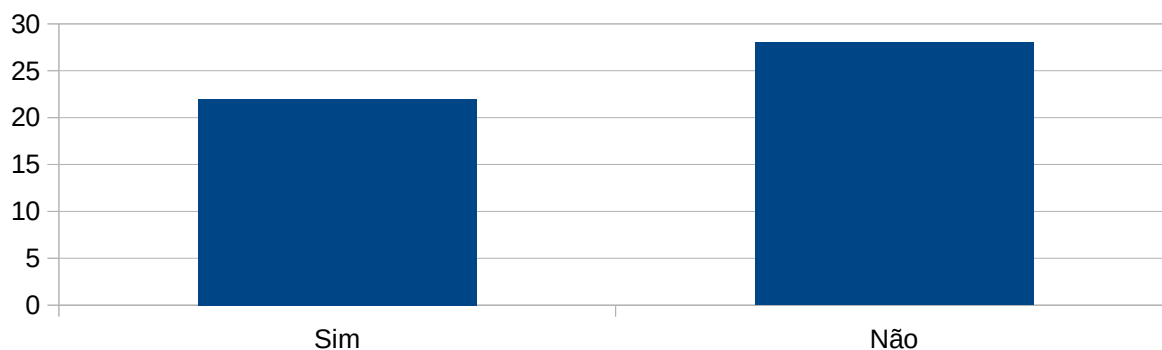


Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

O penúltimo item perguntou se as ações preconceituosas já teriam gerado faltas (ausências momentâneas ou abandonos) de alunos(as). Como resposta, vinte e dois alunos(as) responderam que sim, já vinte e oito estudantes assinalaram que não. Percebe-se que mais de quarenta por cento dos(as) discentes, com uma faixa etária média de catorze anos, já tiveram contato com alguém que sofreu alguma ação preconceituosa e essa ação resultou em alguma ausência do(a) estudante vítima do preconceito.

Gráfico 21

Ações preconceituosas já geraram faltas de alunos(as)?

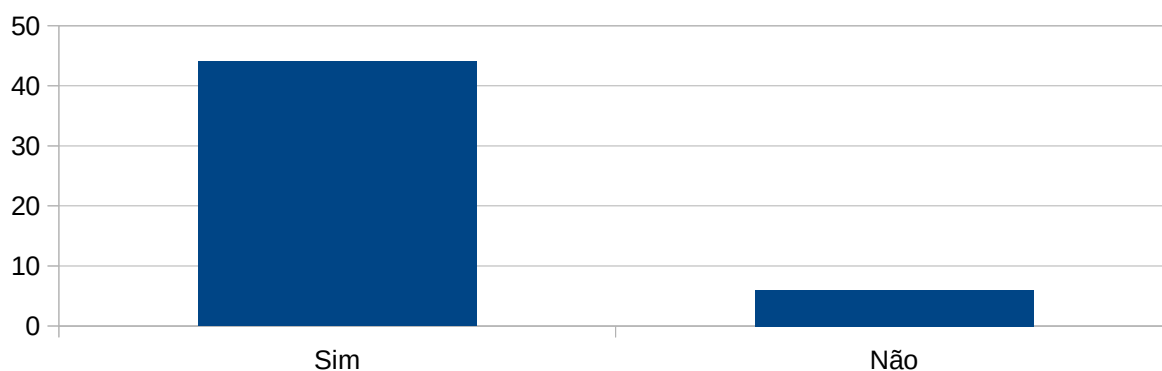


Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

A décima pergunta, “O preconceito racial é um assunto que ainda precisa ser discutido na unidade escolar?”, foi respondida que sim por quarenta e quatro estudantes e seis alunos(as) assinalaram que não. Praticamente noventa por cento dos(as) estudantes identificaram a importância da discussão do preconceito racial na escola em que frequentam, o que direciona para a fragilidade das ações apresentadas ao longo dos anos letivos e para a necessidade de práticas antirracistas mais estruturantes e coordenadas entre os(as) docentes.

Gráfico 22

O preconceito racial é um assunto que ainda precisa ser discutido na unidade escolar?



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir das respostas dos alunos aos questionários.

As respostas dos(as) alunos(as) apontam para a baixa aplicação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 nas salas de aula do município e reforçam às necessidades apresentadas pelos(as) professores(as) nas entrevistas nesta dissertação. Além disso, deixam em evidência a falta de ação coordenada pela Secretaria de Educação para tratar as relações étnico-raciais nas escolas da cidade de Bananal. Conforme Sales Augusto dos Santos,

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta antirracismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato (Santos, 2005, p. 34).

No dia 21/09/2023, foi protocolado o pedido de informações na Secretaria de Educação de Bananal, protocolo nº 380/23, sobre as ações realizadas pela secretaria em relação ao cumprimento da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08.

No dia 27/10/2023, foi encaminhado e-mail reiterando o pedido e solicitando a resposta. Em 30/10/2023 às 12:30, realizei pessoalmente a verificação sobre a resposta na Secretaria de Educação, todavia fui informado pela funcionária da respectiva secretaria que não havia nenhuma resposta e que o secretário de educação estava ciente do pedido e da ausência de devolutiva ao pesquisador, mesmo sendo de informações que são de interesse público, pois possuem relação com o efetivo cumprimento de legislação federal. Sobre a Lei 10.639/03, Pereira afirma que:

A Lei oferece à sociedade a oportunidade de se repensar. Esvaziar a ideia comum e imobilizadora, de que “a questão é só de classe social”, e de que são os próprios problemas psicológicos que criam complexos e recalques, que ainda assolam muitas crianças, jovens, homens e mulheres negras: Isso que existe, mas não é causa, e sim consequência do racismo (Pereira, 2013, p. 2).

2.4 – Análise dos planejamentos semestrais

Costumeiramente, todo início de semestre, na cidade de Bananal, é realizado um período de planejamento ou replanejamento das atividades docentes. Nesse momento, os/as docentes realizam encontros gerais e por área de atuação para desenvolverem os planos de ensino de cada semestre.

Com intuito de analisar a inclusão das ações voltadas para a história e cultura afro-brasileira nos planejamentos dos/das docentes, solicitei para a secretaria de educação os planos de ensino do primeiro semestre de 2022, porém recebi a informação que tal solicitação poderia ocorrer diretamente para as coordenadoras das unidades escolares. Realizei os pedidos por e-mail para as coordenadoras das três unidades escolares que possuem o segundo

ciclo do ensino fundamental. A escola EMEIF Joaquim Francisco de Paula, localizada no distrito do Rancho Grande, foi a única que não apresentou resposta, mesmo com o envio de algumas mensagens virtuais.

A escola Zenóbia de Paula Ferreira apresentou 29 planos de ensino para o primeiro semestre de 2022, sendo 16 da área de conhecimento das Linguagens, dos quais nenhum deles possui qualquer referência para o estudo da história da África e dos(as) africanos(as), a luta dos(as) afrodescendentes no Brasil, a cultura negra brasileira e o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional; 7 planos de ensino da área de conhecimento das Ciências Humanas, os quais nenhum apresentou referências ao que cita a Lei 10.639/03; 2 planos de ensino para a área de Matemática e 4 planos de ensino para a área de conhecimento das Ciências da Natureza, sendo que, nas duas últimas áreas do conhecimento, não há qualquer indicativo de desenvolvimento para o que obriga a Lei 10.639/03.

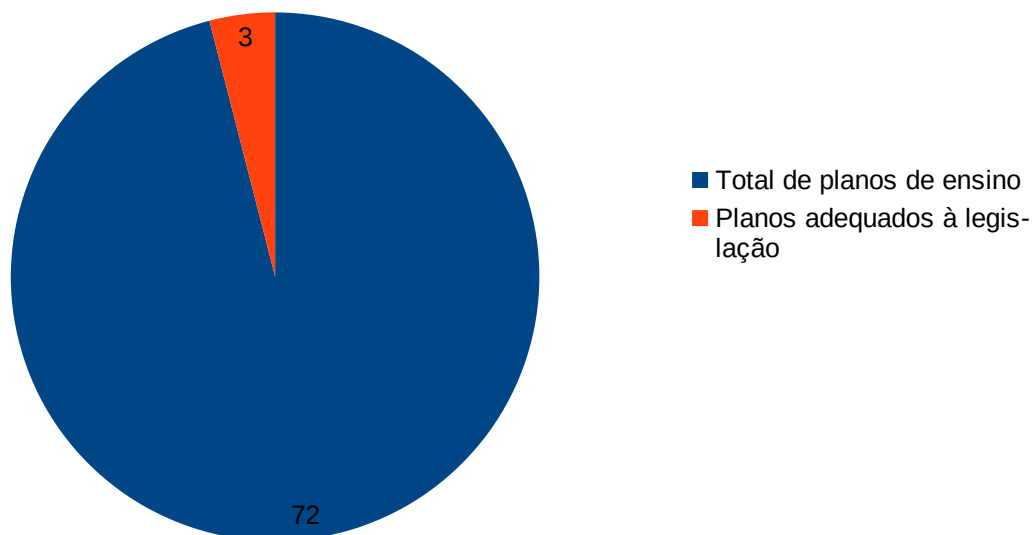
Vale ressaltar que não foram entregues todos os planos de ensino da escola Zenóbia de Paula Ferreira. No material fornecido pela unidade escolar, há, ao menos, 1 planejamento de cada disciplina, todavia não há o planejamento de cada disciplina de todas as turmas.

Já a escola José Luiz Ferreira Guimarães entregou 43 planos de ensino para o primeiro semestre de 2022, sendo 21 planos da área de Linguagens, os quais somente dois planos de ensino faziam referências para o estudo da história da África e dos(as) africanos(as), a luta dos(as) afrodescendentes no Brasil, a cultura negra brasileira e o(a) negro(a) na formação da sociedade nacional; 10 planos de ensino da área de Ciências Humanas, em que apenas 1 plano fazia referência para o que cita a Lei 10.639/03; 5 planos de ensino para a área de Matemática e 7 planos de ensino para a área de Ciências da Natureza, entretanto não há qualquer indicativo para o cumprimento da Lei 10.639/03 nas duas últimas áreas do conhecimento.

Dos 72 planos de ensino encaminhados pelas unidades escolares para o primeiro semestre de 2022, somente 3 contemplavam o que a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/08 obrigam, portanto menos de 5% estão em consonância com a legislação em vigor, o que corrobora com as distorções nas relações étnico-raciais na cidade e serve como reforço das práticas racistas presentes na estrutura das relações sociais.

Gráfico 23

Total de planos de ensino X Planos de ensino adequados à legislação



Fonte: Levantamento realizado pelo autor a partir dos dados coletados.

Mais uma vez, fica evidente a ausência de controle do órgão gestor da educação municipal assim como das professoras coordenadoras das escolas na busca pela efetiva aplicação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004),

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (BRASIL, 2004, p. 17).

Conforme Almeida (2019), o racismo estrutural está ligado às particularidades de cada formação social. Na cidade de Bananal, as estruturas foram impregnadas com práticas racistas

por séculos, o que torna incomum encontrar ações antirracistas públicas sistemáticas, já que a estrutura social é racista em decorrências das pessoas serem racistas.

Em relação direta ao campo educacional e ao combate ao colonialismo, Rufino (2021) defende que:

A educação como radical da vida e prática de liberdade nos contextos afetados pelo acontecimento colonial tem uma tarefa inadiável: recuperar a dignidade dos que foram violentados e mantê-la acesa para alumiar o tempo e cegar o olho grande do assombro da dominação (Rufino, 2021, p. 25).

2.5 – Análise dos projetos político-pedagógicos

De acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasil (2004),

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente (BRASIL, 2004, p. 14).

No primeiro semestre de 2023, ao longo do mês de março, foram solicitados os projetos político-pedagógicos aos diretores das três escolas públicas municipais de 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental.

A escola José Luiz Ferreira Guimarães prontamente atendeu à solicitação e o responsável pela unidade entregou o PPP, porém houve a ressalva do diretor sobre o prazo do projeto, que iniciou em 2019 e expirou em 2022.

O projeto político-pedagógico entregue pelo diretor possui 23 páginas e deixa registrado na página 5 que se trata da leitura, revisão e atualização do PPP de 2015 da mesma unidade escolar. No projeto, não há menção para as pessoas da comunidade nem de funcionários da escola que teriam participado da atualização. Será que alguém da comunidade escolar participou da elaboração do projeto?

O panorama das pessoas atendidas pela escola não está presente. Também não estão presentes, os trabalhos específicos que seriam desenvolvidos ao longo dos anos letivos do PPP. Não há qualquer informação sobre os estudantes nem por pesquisas nem pelas fichas de matrícula.

As estatísticas socioeconômicas e étnico-raciais sobre a comunidade em que a escola está inserida são de extrema importância para o desenvolvimento de atividades direcionadas ao processo educacional e ao contexto social, entretanto tais estatísticas também não foram contempladas no projeto político-pedagógico da escola José Luiz Ferreira Guimarães.

As palavras “negro”, “indígena”, “racial” ou “étnico-racial” não foram citadas no PPP. Não há qualquer desenvolvimento das temáticas definidas na Lei 10.639/03 e na Lei 11.645/08. Vale ressaltar que as leis citadas sequer fazem parte do campo “referências” do PPP da escola.

Será que os professores e as professoras realmente participaram da elaboração do projeto político-pedagógico?

Esse PPP com tantas lacunas a serem preenchidas, que ficou vigente entre 2019 e 2022, foi analisado por alguém da Secretaria de Educação do município?

Após contato por mensagem instantânea, WhatsApp, com a solicitação do PPP, a diretora da EMEIF Joaquim Francisco de Paula solicitou a minha presença na unidade, que fica no distrito de Rancho Grande, distante 17 km do centro de Bananal. Após o anúncio por uma funcionária da escola sobre a minha chegada, a diretora deixou-me aguardando por quinze minutos para informar que o PPP estava desatualizado, com prazo final no ano de 2022, e que ela tentaria atualizá-lo o quanto antes.

A diretora negou a entrega do PPP anterior, desatualizado, informando que o próximo seria mais assertivo. Mesmo com a minha insistência, a diretora manteve a negativa e foi se despedindo.

A escola Zenóbia de Paula Ferreira informou por mensagem instantânea, WhatsApp, que o projeto político-pedagógico estava desatualizado, com prazo final em 2022, e que faria a atualização do PPP o quanto antes. Quando questionada, a diretora informou que não tinha prazo, mas que faria o mais breve possível. Da mesma forma que ocorreu na escola do distrito do Rancho Grande, a diretora negou a entrega do PPP com prazo expirado.

De três escolas pesquisadas, todas as três unidades escolares possuíam PPP com prazo expirado. Evidentemente que não se trata de caso isolado ou de pontual desvio de um funcionário, mas de ação sistemática que relega ao segundo plano elemento preponderante para a participação da comunidade escolar nos rumos de cada unidade escolar.

Como pensar em gestão democrática se a comunidade escolar não é ouvida nos prazos legais sobre os valores, as crenças e as diretrizes de ação que norteariam determinada escola?

Além disso, não é possível afirmar sobre a participação da comunidade escolar no único projeto político-pedagógico apresentado para esta pesquisa, pois não há qualquer menção efetiva sobre reunião ou participação dos representantes da comunidade na elaboração do projeto.

Numa escola em que a maior parte dos alunos e das alunas são negros e negras, não ouvir a comunidade é mais uma forma de manter a prática discriminatória, em que as narrativas apresentadas seguem os valores eurocêntricos e continuam a apagar a participação negra e indígena na sociedade brasileira e na cidade pesquisada.

CAPÍTULO III - Considerações finais

Bananal parou no tempo. A hegemonia branca permanece numa cidade que ainda hoje venera torturadores, especialmente, os barões do café, e relega à margem os torturados e os descendentes dos torturados. As referências de grande parte dos munícipes são racistas.

Ao longo da pesquisa, foi possível notar a presença marcante do racismo estrutural nas engrenagens sociais da cidade de Bananal, principalmente pelos indicadores do IBGE e pelas entrevistas realizadas. Ficou evidente que os privilégios aos grupos dominadores no passado, em especial no período do ciclo do café, reproduzem a dominação social, econômica e política na sociedade bananalense atual, sobretudo ao que se refere à distribuição de renda da população da cidade e aos investimentos do poder público municipal.

A falta de dados e a falta de pesquisas dos representantes municipais, em especial do poder executivo e do poder legislativo, são formas de deixar o racismo estrutural municipal intocado, o que potencializa a invisibilidade das especificidades e das necessidades do povo negro.

A população bananalense é submetida a uma grande quantidade de práticas racistas diariamente na cidade. São tantas ações ao longo de tantas décadas que a ampla maioria da população não percebe o racismo.

O silêncio da população branca sobre as atitudes escravocratas e sobre as relações étnico-raciais na atualidade desconsidera a dor, o choro e as formas de resistências do povo negro ao longo de décadas no município, assim como mantém profundas desigualdades sociais, econômicas e políticas hodiernamente.

As lágrimas dos(as) entrevistados(as) ecoam amplamente na minha existência. Essas lágrimas de dor e de angústia, as estratégias de sobrevivência e as superações serviram e servirão como elemento de força interior na constante busca por uma sociedade menos desigual e, efetivamente, menos preconceituosa.

Na educação municipal, as narrativas apresentadas nas escolas reproduzem os valores coloniais. Encontrar práticas racistas é o comum, o normal. Os projetos político-pedagógicos, os planos de ensino semestrais dos professores e das professoras, as orientações, ou a ausência delas, da Secretaria de Educação, os materiais didáticos/pedagógicos, os relatos dos(as) professores(as), as pesquisas com os alunos e com as alunas e as análises das notas dos discentes direcionam para a continuidade de práticas coloniais na ampla maioria dos

momentos, reforçam os privilégios brancos e continuam com o processo de exclusão, apagamento das histórias e da cultura, do povo negro.

Evidentemente que a existência de uma lei não é o suficiente para a efetiva mudança na prática social, pois a população precisa tomar conhecimento dela e os agentes diretos, principalmente gestores e educadores, precisam ter a consciência necessária, as condições e a formação adequada para aplicá-la.

Na cidade analisada, a legislação que está empenhada em promover alterações nas relações étnico-raciais, que por séculos impregnaram e impregnam o estrato social municipal com práticas discriminatórias, sequer é conhecida por grande parte da população e dos(as) educadores(as).

A Lei 10.639/03, que deveria auxiliar na diminuição do racismo, foi identificada ao longo da pesquisa como um fator de aplicação individual pelos(as) docentes. Além disso, notei a ausência de orientações gestoras para o cumprimento da lei acima citada, inclusive com a falta de resposta da Secretaria de Educação sobre suas ações para o cumprimento da Lei 10.639/03, o que impacta diretamente na ausência de planejamento de ações por grande parte dos(as) coordenadores(as) e dos(as) professores(as).

Ou seja, a educação, que por lei é obrigatória e por isso quase a totalidade das crianças têm acesso, poderia ser utilizada para diminuir as diferenças sociais e contribuir para a construção de visões críticas e reflexivas a respeito das relações étnico-raciais. Entretanto, no caso de Bananal, serve, na ampla maioria das vezes, como uma ferramenta que alimenta o racismo estrutural na cidade.

Já que o racismo é cotidiano, torna-se preponderante tornar as práticas antirracistas permanentes no dia a dia, como forma de enfrentar e eliminar os atos preconceituosos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BANANAL, Gazeta de Bananal. **Policia Civil de Bananal prende 16 pessoas por associação com o tráfico**. Bananal: 02 set. 2020. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e8sExv-Px5A> . Acesso em 18 jul. 2022.
- BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Lei 10.639/03 de 9 de Janeiro de 2003**. Brasília, DF. 2003.
- _____. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Brasília, DF. 2008.
- _____. **Lei n.º 11.738/08, de 16 de julho de 2008**. Brasília, DF. 2008.
- _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. **A trajetória dos movimentos sociais**. In: *Oses anos 90: política e sociedade no Brasil*[S.l: s.n.], 1994.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. V.16 n.47, 2011.
- GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.
- GONZALES, Lelia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro (Coleção 2 pontos)**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- GRAÇA, Plínio (org.). **Estância turística e ecológica de Bananal: Terra dos barões do café**. São Paulo: Noovha América, 2006.
- HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática. 10ª ed., 2020.
- MUNANGA, K. (org.) **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre as relações raciais e projeto de Estado- Nação**. Editora CRV, Curitiba, 2012.
- PATTO, Maria Helena Souza. **O fracasso escolar como objeto de estudo: uma visão histórica**, 2006.
- PEREIRA, A. M. **A lei 10639/03 e os agentes da lei**. Portal Gelédes, 18 set. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lei-10-63903-e-os-agentes-da-lei/>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- PEREIRA, A. M. **Guerrilhas na educação: a ação pedagógica do movimento negro na escola pública**. Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 2, n. 46, p. 26-35, 2003.
- ROCHA, Pretinho. **Terreiro da Fazenda - Mestrando Pretinho**. Bananal: 01 fev. 2023. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YOtBWsEEMDo> . Acesso em 29 jul. 2023.
- RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1 ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**, Brasília, 2015.
- SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. p. 21-37.
- VAINER, Carlos B. **Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias**. In: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA. Rio de Janeiro: nº. 18, 1990

ANEXOS

Anexo I - Pedido de informações na Câmara Municipal de Bananal sobre as características étnico-raciais dos vereadores e das vereadoras.



Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ: 01563034/0001-57

Rua Manoel de Aguiar, 51 – Centro – Bananal/SP – CEP: 12850-000 | www.bananal.sp.leg.br

SECRETARIA ADMINISTRATIVA | e-mail: camarabananal@gmail.com | Tel.: (12) 3116.1248

Ofício nº 161/2023

Bananal, 25 de julho de 2023.

Ilustríssimo Senhor,

Pelo presente, venho cumprimentar Vossa Senhoria e, por oportuno, em resposta à solicitação protocolada na Câmara Municipal de Bananal em data de 11/07/2023, informar que, ao rever os nossos arquivos, constatamos que esta Casa de Leis não possui as informações solicitadas.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

OSVALDO FERREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Bananal

Ao Ilustríssimo Senhor
CRISTIANO CALIL DA COSTA ALVES



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL
Gabinete do Prefeito

Praça Dona Domiciana, 185 – Centro – Tel: (12) 3116-9020
www.bananal.sp.gov.br - gabinete@bananal.sp.gov.br

MENSAGEM

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, de 24/03/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bananal,

Excelentíssimos Senhores Vereadores e Vereadoras.

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, para aprovação, o Projeto de Lei Complementar nº 003, de 24/03/2022, por meio do qual se propõe a colocação de 03 (três) Bustos na Praça D. Domiciana, em homenagem a Dom Pedro I, a Maria Quitéria e outro, à Princesa Isabel.

O Município de Bananal é uma Estância Histórica e um Projeto Arquitetônico contemplando um Busto de Dom Pedro I, de Maria Quitéria e da Princesa Isabel por certo retratará o patrimônio cultural e histórico de nosso município, considerando-se a passagem do ilustre primeiro Imperador do Brasil por nossa cidade, o que por certo em muito contribuirá para que a população e turistas conheçam mais de nossa história.

Não haverá dispêndio de recursos financeiros pelo município, uma vez que a construção dos Bustos será realizada através de recursos provenientes de doação pela comunidade.

A Municipalidade, por sua vez, arcará somente com a execução dos serviços, através do quadro próprio de pessoal.

Assim, considerando-se todo o patrimônio histórico e cultural de nosso município, a colocação dos referidos Bustos na Praça próximo ao prédio da antiga Estação Ferroviária, além de homenagear os cidadãos bananalenses, revela-se como uma forma de proporcionar o conhecimento pela população de um pouco da história de nossa cidade.

Diante do exposto, esperamos seja a presente proposição apreciada e aprovada, renovando os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



Willian Landim da Silva

Prefeito Municipal

Anexo III - Pedido de informações, na Câmara Municipal de Bananal, sobre as pessoas homenageadas com a denominação de logradouros públicos.

Projeto de lei nº 495, de 2002.

Dá denominação à Rodovia SP-247

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Passa a denominar-se "Sebastião Diniz de Moraes" a Rodovia SP-247, que liga o município de Bananal à Serra da Bocaina.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nascido em Bananal, aos 02 de julho de 1920, Sebastião Diniz de Moraes casou-se com Dona Helena Amaral de Moraes em 21/4/1951, com quem teve seis filhos: Ana Maria Amara de Moraes, Paulo Jaime Amaral de Moraes, Lúcia Helena Amaral de Moraes Nader, David Luiz Amaral de Moraes, Lia Cristina Amaral de Moraes e Rubem César Amaral de Moraes.

Em 1954 foi eleito Vereador naquele município, tendo exercido o mandato parlamentar entre os anos de 1955 e 1959, gestão que teve como Prefeito Álvaro Brasil Filho. Sebastião, político dinâmico e atuante, é reeleito para a legislatura seguinte, de 1960 a 1964, quando então a cidade era administrada pelo Prefeito Vicente de Paula Almeida.

Em 1982, após anos de dedicação àquela comunidade, candidata-se e é eleito Prefeito, tendo administrado Bananal entre 1983 e 1988. Foi um período marcado por importantes realizações para aquela cidade.

Como reconhecimento do seu trabalho recebeu, em 1994, o Diploma da Ordem do Mérito Municipal, através de proposição do nobre edil José Geraldo Tressoldi Nogueira.

Marcou sua gestão com obras de fundamental importância: na área de saúde, a construção da Unidade Mista de Saúde; na educação, a construção da Escola do Educandário e mais vinte escolas na zona rural; na cultura, a divulgação positiva de Bananal com a participação no programa "A Cidade Faz o Show"; no turismo, com a transformação de Bananal em Estância Turística; na urbanização, obras de rebaixamento e asfaltamento da Avenida João de Godói Macedo, empenhou-se e

Sistema STL - Código de Originalidade:2806021907002.199

Anexo IV - Pedido de informações, na Câmara Municipal de Bananal, sobre as pessoas homenageadas com a denominação de logradouros públicos.

conseguiu junto ao Governo Estadual o asfaltamento da Rodovia Álvaro Brasil Filho, a SP-64.

Foi com profundo pesar que Bananal recebeu a notícia do falecimento de uma das mais importantes figuras políticas do município, por volta das 22 horas do dia de 18 de maio próximo passado. Com 81 anos de idade, faleceu Sebastião Diniz de Moraes, acometido por insuficiência respiratória.

Em justa e merecida homenagem, seu corpo foi velado na Capela da Prefeitura Municipal, quando recebeu a despedida de seus muitos companheiros, familiares e amigos. O Prefeito Wilton Neri Pereira decretou luto oficial de três dias no município.

Diante do alto significado do trabalho desenvolvido em prol de Bananal por Sebastião Diniz de Moraes, solicito dos nobres Deputados o apoio fundamental para se prestar esta homenagem em sua memória.

Sala das Sessões, em

Sidney Beraldo

Anexo V - Pedido de informações, na Câmara Municipal de Bananal, sobre as pessoas homenageadas com a denominação de logradouros públicos.

Bananal(sp), 02 de Fevereiro de 1978.

CÂMARA MUNICIPAL DE BANANAL

Projeto de Resolução nº / 78

Dispõe sobre modificação de denominação de via Pública.

ART. 1 - Fica denominada rua Manoel Valentim Bastos a atual rua SALIM ALEXANDRE ELIAS.

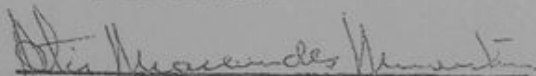
ART. 2 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas dispâsições em contrario.

JUSTIFICATIVAS

MANOEL VALENTIM BASTOS, nascido em Bananal(sp), aos 26 dias de Fevereiro de 1907, filho de Benedito Valentim Bastos e de De Carolina da Conceição Bastos, em vida sempre deu tudo de si, em prol da grandeza de Bananal, Poucos amaram Bananal como ele. Vereador por este Municipio em uma Legislatura, comerciante tradicional, gozava de grande circulo de amizades, notadamente entre as crianças, e os humildes. Amante da Pecuária Leiteira, ajudou com sua tenacidade a erguer a Cooperativa dos Produtores de Leite de Bananal, bem como também foi sócio fundador da magnifica Sociedade Amigos de Bananal (S.A.B.). MANOEL VALENTIM BASTOS, - em sua humildade, não deixou títulos pomposos mas deixou a amizade de todos nós que nunca esqueceremos. Pelas razões expostas, e por entender que o presente projeto de Resolução terá aprovação unânime. apresento-e-á esta casa.

Sala das Sessões:

Em, 26-02-1978



Atir Marcondes Monteiro (M.D.B.)

Anexo VI - Pedido de informações, na Câmara Municipal de Bananal, sobre as pessoas homenageadas com a denominação de logradouros públicos.

RESOLUÇÃO Nº02/78

DISPÕE SOBRE MODIFICAÇÃO DE DENOMINAÇÃO
DE VIA PÚBLICA.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BANANAL,
DECRETA:

ARTIGO 1º--: Fica denominada rua Manoel Valentim Bastos,
a atual Rua Doutor Salim Alexandre Elias.

ARTIGO 2º--: Esta Lei entra em vigor na data de sua publi-
cação, revogadas às disposições em contrário.

Sala da Câmara Municipal, 08 de fevereiro de 1.978.

Vereador -Anibal Guimaraes -Presidente

José Gonçalves Filho -1º Sec. Nelson Rodrigues de Oliveira -2º Sec.

Anexo VII

Em virtude do notório conhecimento sobre a história da cidade de Bananal, de seu trabalho como guia de turismo e de professora de história da rede municipal, optou-se por incluir a entrevista da professora/historiadora Maíra Cheminand integralmente nesta dissertação.

Entrevista com Maíra Cheminand (Professora de História na Prefeitura Municipal de Bananal e Guia de Turismo na mesma cidade)– 23/07/2022 – Solar Aguiar Valim

Como a estrutura do Solar Aguiar Valim apresenta as condições históricas?

R.: O primeiro pavimento seria onde os escravos teriam sua rotina de trabalho. O segundo pavimento seria onde o barão e a família frequentavam. Então, eles só usavam esse casario aqui quando tinha alguma festa. Era muito raro eles saírem da fazenda Resgate e vir pra cá. Então, a família tinha uma banda de escravos. Os escravos tocavam nos cortejos religiosos da cidade ou quando vinha alguém do Rio de Janeiro muito importante da época, os escravos vinham pra cá e tocavam aqui nesse palco. O interessante, pela altura dele, é que os escravos não conseguiam visualizar os convidados aqui nesse salão principal.

Os convidados também não visualizavam quem estava tocando?

R.: Não. Sabiam que era a banda de escravos, mas não conseguiam visualizá-los.

Os escravizados existiam, mas não tinham qualquer tipo de identidade para o restante da população?

R.: Eram os escravos pertencentes à família Aguiar Valim. Cada escravo tinha a sua função, então os escravos, a vida toda, se dedicavam à música. Eles não trabalhavam na lavoura, não trabalhavam em lugar nenhum, apenas se dedicando à música. O palco é alto, com painéis na frente, para nenhum escravo visualizar nada aqui. Somente para tocar.

Esses painéis, pintados por Villaronga, foram restaurados. Aguiar Valim contratou, trouxe, o pintor espanhol e as características deles é retratar a fauna, a flora da região, as expressões faciais e as paisagens europeias, sendo feitos exclusivamente para cá.

No livro Bananal Terra dos Barões do Café, é informado sobre a presença dos escravizados exclusivamente para tocar, como banda de música, sendo uma das poucas passagens em que as pessoas afrodescendentes são citadas. Você diz que a banda existe, mas não é vista. O que podemos interpretar disso?

R.: A sociedade já tinha essa distinção, negro é no seu lugar e o branco, a elite, no seu lugar. O negro tinha que saber onde era o seu lugar. Ele era escravizado para servir ao branco. A única função da banda era tocar. Eles não eram convidados para participar da festa nem nada. Os negros não eram vistos como ser social, mas como um ser submisso.

Como um objeto?

R.: Como um objeto.

Os painéis são originais?

R.: Sim, são originais. Algumas pessoas tentaram restaurar, recuperar, mas o poder público...

O piso também é original?

R.: Tudo original. Antigamente, os escravos lavavam esse piso, por volta de uma vez na semana, com água e sabão.

Depois, por volta de 1906, esse casarão virou uma escola.

Escola só para brancos?

R.: Não, de um modo geral. Ficou escola até, mais ou menos, 1980, quando foi desativada e a escola foi para o Nogueira Cobra.

Nessa época, por volta de 1906, os afrodescendentes podiam frequentar a escola?

R.: Sim, só que era raro, né.

Eram turmas mistas ou só para brancos?

R.: Normal. A noção de escravidão tinha se quebrado em 1906, mas a gente percebe que ainda existia a diferença. Tanto que você perguntou sobre os nomes das ruas e, naquela época, só ganhavam nomes de ruas os brancos e da elite ainda.

Tanto que no início do século XXI, as políticas públicas começam a se voltar para o resgate da herança afrodescendente.

A gente percebe que aqui em Bananal, por ser uma cidade extremamente conservadora, havia ainda esse preconceito interno em não tocar nessa ferida.

Seria uma ferida ou a manutenção do estrato social?

R.: É...

Aqui tem uma coisa muito curiosa. A gente não sabe exatamente o que seria. Todas as fazendas têm suas senzalas e os escravos que trabalhavam aqui a gente não sabe exatamente onde dormiam. Entre o primeiro e o segundo pavimento tem um cômodo e alguns livros citam que aqui seria a senzala, onde os escravos dormiam. Nessa praça era o jardim do Solar Aguiar Valim, tanto que a igreja da Nossa Senhora do Rosário, aquela igreja azul, ela era frequentada pelos negros. Aqui tem uma escada secundária onde os negros passariam. Eles não poderiam usar a escada principal.

Esse pedaço, cômodo, pequeno seria a senzala?

R.: É. Então, os escravos desciam e tinha acesso ao primeiro pavimento.

Quantas pessoas ficariam aqui?

R.: Acredita-se que em torno de 30, com uso da escada de serviço e a passagem para o jardim.

E as fugas?

R.: Aqui, a gente tem algumas fazendas com relatos sobre a fuga de escravos.

Por volta de 1850 até 1870, Bananal chegou a ter 30.000 habitantes e mais da metade era mão de obra escrava. Então, alguns registros de jornais de época retratam as fugas. Por exemplo, na fazenda Boa Vista, houve 70 escravos que fugiram na direção da Serra da Prata. Acredita-se que ali existia um quilombo remanescente desses escravos. Só não tem registro com a exatidão onde foi. Em jornal, retrata-se um quilombo na Serra da Bocaina e um na Serra da Prata.

Na época escravocrata, nem sempre é abordada a resistência, a fuga. Como era aqui? As fugas eram constantes?

R.: Era comum ter fuga. Elas existiam com certa frequência. Os negros não aceitavam ser escravizados e eles tentavam fugir e o lugar mais certo seria para o meio da mata, onde o capitão do mato não sabia exatamente onde estavam. A gente está cercado pela Mata Atlântica, então era difícil deles serem capturados.

Desse casarão são quase 200 anos. Muitas histórias, é evidente. Histórias mais felizes ou mais tristes?

R.: Com certeza, pelo contexto histórico, são mais tristes, porque a escravidão foi a principal economia do Brasil, né? A situação de Bananal e a região do vale histórico paulista e fluminense a escravidão foi evidenciada. Foi feliz só para os nobres.

Quando a gente conhece a história da cidade, o que mais fica evidente é a presença dos barões do café, né?

R.: É. Até hoje, a gente percebe que a cidade não consegue se desenvolver, se desvencilhar dessa herança em que houve a escravidão, o sofrimento. Parece que Bananal parou no tempo. Existem alguns painéis aqui que foram feitos pelo governo Paulo Maluf, entre 1980 e 1990, para resgatar a história da cidade, tem o Villaronga, os imigrantes...

Os imigrantes ganharam terra?

R.: O governo pagou a passagem e eles ficaram nas fazendas. Seria um recomeço para os imigrantes europeus, já que havia guerra na Europa. Aqui em Bananal vieram, principalmente, os italianos, franceses, chineses e libaneses.

Seria uma troca de mão de obra?

R.: Sim, com a abolição da escravidão, né? Acreditava-se que os europeus tinham uma nova visão de mundo, uma nova forma de trabalho que iria alavancar o Brasil já no final do século XIX e início do século XX.

Vieram europeus e asiáticos?

R.: Sim.

Todos brancos?

R.: Todos brancos. Tanto que nesses painéis você não vê um negro. Você só observa gente branca.

Nem a banda de música aqui aparece, né?

R.: Não tem, não tem.

E são painéis feitos no final do século XX?

R.: Até o início do século XXI não se falava em negro aqui na região. Hoje já temos.

Se os negros são escondidos da história da região, será que não se deseja apresentar uma representatividade específica? Continua sendo a dominação dos brancos, a cidade dos brancos?

R.: A gente percebe que o principal trabalhador que existia era o negro, o escravo. O branco só enaltece o que ele queria. Tanto que a gente não vê a representatividade.

Na foto de um jantar de 1925, há somente brancos e brancas?

R.: Você não vê nada de registro da escravidão, nem das consequências. Tanto que nos primeiros anos de presidencialismo no Brasil, mandaram queimar tudo que havia de registro da escravidão, senzala, documentos... Eles queriam acabar com esse passado que no Brasil houve escravos, escravidão. Alguns objetos aqui da região estavam enterrados ou jogados dentro de um cômodo, perdidos.

Hoje, há esse resgate.

Seria um resgate mais individual ou coletivo?

R.: Seria mais individual. Aqui em Bananal, por ter esse vínculo tão forte da escravidão a gente vê pequenos grupos, quase nulos, tentando resgatar isso.

Como se davam as formações das famílias dos seres escravizados aqui na região? As famílias eram formadas para evitar, dificultar, a fuga dos escravizados?

R.: Nesse contexto, não existem muitos relatos. A gente percebe que a família Aguiar Valim e os Almeida, que eram donos da fazenda Boa vista, eles autorizam o casamento entre os negros de etnias diferentes para aumentar o seu plantel de escravos.

A gente percebe uma série de leis que proíbem e banem a escravidão, como a Lei Eusébio de Queiroz, que não permite mais a compra de escravos da África. Eles começam a autorizar os casamentos para aumentar o plantel de escravos.

A lei proibia, mas isso não quer dizer que não viessem os escravizados para a região, principalmente por estarmos perto do litoral. A continuidade do tráfico ocorria pelo litoral fluminense independente da existência da legislação. Há alguma história sobre isso?

R.: Estamos distantes 40 quilômetros de Angra dos Reis pela Serra da Bocaina. Tem uma história muito curiosa. Aguiar Valim era um dos homens mais ricos da região e do país. Ele era muito amigo do Breves, outro cafeicultor e um dos mais ricos do Estado do Rio de Janeiro. Breves tinha terras na Serra da Bocaina. Aguiar Valim comprou 500 escravos vindos da África. Só que conseguiram avisar à polícia. Os policiais do Rio de Janeiro armam uma emboscada na mata. Quando Aguiar Valim estava passando com os escravos, a polícia consegue pegar. Ele não consegue o título de barão por conta dessa compra de escravos. Ele ficou 3 dias preso, mas, pelo poder que ele tinha na época, foi logo solto. Só que ele ficou manchado na corte por conta disso.

Na corte. E na cidade de Bananal?

R.: Isso daí passava “pelos panos”...

Num dos momentos, você falou que Bananal tinha mais de 30.000 habitantes e de pessoas escravizadas, praticamente, 15.000?

R.: Mais de 15.000. A gente pode projetar por volta de 16.000.

Hoje a população é de, aproximadamente, 10.000?

R.: E a maioria é de pessoas negras. Tem um bairro, o Boa Esperança, que se acredita que foi formado por descendentes do fim da escravidão.

Indo para o campo pessoal, como ocorreu a sua entrada na área turística? Sua família é daqui de Bananal?

R.: Minha família é daqui. Eu terminei o ensino médio e iniciei, aqui na cidade, um curso de técnico de turismo receptivo. Aí que eu me identifiquei muito com a história da cidade. A

minha família tem uma ligação muito forte com a história da cidade. Posteriormente ao curso de graduação em história, comecei a me dedicar ao turismo da cidade.

Então, pela questão da história da cidade, por ter me dedicado a isso tudo, eu percebi que a minha relação com Bananal é de paixão, por tudo o que ela oferece, por tudo o que ela foi e ela é... Desenvolver esse trabalho nas pesquisas é mostrar para outras pessoas o que ela tem a oferecer por toda história, cultura... Mostrar para os jovens da cidade o que a cidade é.

Essa história é desenvolvida de que forma? Tem auxílio da prefeitura?

R.: Relacionada ao turismo é por iniciativa própria, iniciativa privada. A gente atende aqueles que querem conhecer as fazendas, tudo aquilo que Bananal tem a oferecer. Também quanto às pesquisas, a gente vai a fundo para buscar como aconteceram os fatos, o que foi a escravidão. A pesquisa baseia tudo aquilo que a gente quer mostrar para as pessoas.

Nas pesquisas, também são iniciativas próprias?

R.: Sim, sem poder público.

A gente sabe que Bananal é uma cidade turística. Normalmente, esse turismo reproduz a hegemonia de determinados grupos econômicos e o esquecimento de outros grupos. Existe um turismo voltado aos mais abastados ou o turismo aqui mostra as pessoas que foram escravizadas e seus protagonismos?

R.: Aqui tem os dois lados. O lado da população em que poucos têm acesso ao patrimônio daqui. Eu sempre falo que Bananal é um museu ao céu aberto do Brasil império. As pessoas que vem de fora para conhecer recebem um turismo de modo geral, sobre as pessoas brancas e as pessoas negras. Agora, a própria população pouco tem acesso. Não há a conscientização, o resgate, a preservação da história. Nas escolas, a gente começa a ver algumas iniciativas de resgate, mas ainda são muito tímidas essas ações.

A história afrodescendente é contada de maneira ampla nas escolas ou são atitudes mais individualizadas, pontuais?

R.: São ações para o lado pedagógico muito individualizadas, como o dia 20 de novembro. Da iniciativa pública quase não tem.

A gente sabe que a condição ecológica da cidade é absurda. A cidade é encantadora, com a natureza exuberante. A beleza ecológica da cidade é enorme, no entanto o que essa beleza esconde?

R.: Esconde um passado que foi muito sombrio, principalmente socialmente. Aqui é uma experiência. Vir para cá é conhecer um novo mundo. É um museu a céu aberto. Mas o passado foi muito triste, sombrio. Pensando no lado social, todos nós somos iguais, mas naquele época não havia isso. Era negro no seu lugar e branco no seu. A gente tenta resgatar isso.

E a história indígena?

R.: Onde você está pisando agora (Praça Rubião Junior), antes da escravidão, aqui foi um cemitério indígena. Os índios Puris moravam nas margens do rio Bananal e mais para cima era onde enterravam os corpos. Então, aqui mesmo foi um cemitério indígena antes de ser o jardim da casa do Solar Aguiar Valim.

Quantos, hoje com quase 10.000 habitantes na cidade, conhecem essa história?

R.: Acredito que nem 1% da população. É muito pouco.

Não é só a história afrodescendente que é esquecida, mas a indígena também?

R.: Poucos sabem sobre a história indígena. A maioria sabe que teve negro, que teve escravidão, mas a fundo o que foi esse papel para a sociedade poucos sabem.

A gente pode dizer que o tempo tende a reparar? O tempo pode curar?

R.: Com certeza. O século XXI trouxe o resgate dessa história. Nas escolas, a principal ferramenta é o resgate e a preservação da história verdadeira, inserindo todos os atores num contexto geral e de uma maneira igualitária.